REVISTA

IBEF

INSTITUTO BRASILEIRO DE EXECUTIVOS DE FINANÇAS

ANO XI - NÚMERO 54 - BIMESTRAL - 2015
www.ibefrio.org.br

Joaquim Levy, ministro da Fazenda

Domingos Vargas: AgeRio, voltada para o futuro

Octávio de Barros, do Bradesco: realinhamento de preços e o IPCA

Ayres Moura, da EY: um novo momento nas informações financeiras

Estante: O Capital no século XXI, livro do economista Thomas Piketty

IBEF
Rio de Janeiro

MOTTA, FERNANDES ROCHA
ADVOGADOS

Áreas de Atuação

- Administrativo
- Aeronáutico
- Arbitragem
- Bancário
- Concorrencial
- Constitucional
- Contencioso
- Contratos
- Energia, Óleo e Gás
- Família e Sucessões
- Financiamentos, Operações Financeiras Estruturadas e Fundos de Investimento
- Fusões e Aquisições
- Imobiliário
- Infraestrutura e Financiamento de Projetos
- Mercado de Capitais
- Previdenciário
- Private Equity
- Propriedade Intelectual
- Reestruturação e Recuperação de Empresas
- Regulatório
- Seguros
- Societário
- Tecnologia e Direito Digital
- Telecomunicações
- Trabalhista
- Tributário e Planejamento Fiscal

WWW.MFRA.COM.BR

RIO DE JANEIRO

Av. Almirante Barroso, 52 - 5º andar Centro CEP 20031-000

Rio de Janeiro RJ Brasil Tel +55 (21) 2533 2200 | 3257 2200 | Fax +55 (21) 2262 2459

SÃO PAULO

Alameda Santos, 2335 - 10º, 11º e 12º andares Cerqueira César CEP 01419-002

São Paulo SP Brasil Tel +55 (11) 3082 9398 | 2192 9300 | Fax +55 (11) 3082 3272

designground

Editorial

Parabéns à cidade do Rio de Janeiro pelos 450 anos de fundação

A partir de 1º de março próximo, a prefeitura e a iniciativa privada darão início as comemorações dos 450 anos da cidade do Rio de Janeiro. Será um ano de festas ! Estão programados diversos eventos, entre shows, encontros culturais e atividades esportivas. Tudo para principalmente homenagear a cidade, os cariocas e as pessoas que fizeram e fazem do Rio um lugar único, pela beleza natural e calor humano de seus habitantes.

Fundada por Estácio de Sá, a cidade tem 1.170 km de encantos, 400km de baía salpicada de ilhas, um litoral todo pontilhado de golfos e angras; rios, lagoas, florestas e muita alegria de seus moradores que sabem receber seus visitantes com cortesia, carinho e um enorme sorriso.

O IBEF fundado no Rio de Janeiro em maio de 1971, hoje se encontra em 10 importantes cidades brasileiras e no Distrito Federal. O Rio exportou o IBEF para o Brasil com sua principal característica: a arte de fazer amigos.

Convidamos a todos para visitar o site ***www.rio450anos.com.br*** e conhecer o calendário desse momento tão importante para nossa cidade.

Fevereiro 2015

Marcos Chouin Varejão

Índice

EDITORIAL.....1
Marcos Varejão

CAPA.....2
Joaquim Levy, ministro da Fazenda.

OPINIÃO.....5
José Domingos Vargas: AgeRio e o futuro.

INTERNACIONAL.....6
KPMG destaca os cem principais empreendimentos.

NACIONAL.....8
Falta de competitividade: o gargalo brasileiro.

OPINIÃO.....10
Cristina Boner: as mulheres de TI.

NACIONAL.....12
Governo Federal institui integração e plano de desenvolvimento para regiões metropolitanas.

INTERNACIONAL.....13
DHL: países se recuperam da crise financeira.

NACIONAL.....14
A tecnologia aproxima empregados e empresas.

OPINIÃO.....15
Ariovaldo Caodaglio: um Brasil mais limpo.

NACIONAL.....16
Prédios verdes.

FINANÇAS.....18
Ayres Moura: um novo momento para as finanças.

NACIONAL.....20
As estatais e a Governança Corporativa.

NACIONAL.....21
FenaPrevi: só 30% dos brasileiros poupam.

NACIONAL.....22
Projetos fluminenses vencem Prêmio ANA 2014.

NACIONAL.....24
Brasileiro é destaque em Harvard.

OPINIÃO.....25
Márcia da Silva: empresas devem investir na economia tributária em 2015.

NACIONAL.....26
Nissan e a Fábrica de Motores do Complexo Industrial de Resende (RJ).

OPINIÃO.....28
Rubens Barbosa: o Brasil e a corrupção.

OPINIÃO.....29
Ivo Avelar: novas regras do IR da pessoa jurídica e de contribuições sobre lucro líquido.

NACIONAL.....30
Confiança do pequeno empresário para o início de 2015 recua e atinge 58,9 pontos.

INTERNACIONAL.....32
Baixo crescimento da economia não deve afetar interesse de fundos em 2015.

DAY TRADE.....34
Coluna de informação.

SEGUROS.....36
Henrique Mol: turismo desenvolve o Brasil.

NACIONAL.....37
Uma lupa sobre as contas públicas

NACIONAL.....38
EMC: empresas brasileiras têm mais de US$26bi em prejuízos por ano devido à perda de dados.

OPINIÃO.....40
Guy Almeida Andrade: a vantagem de ser auditado

ESTANTE.....41
Coluna sobre publicações editoriais.

OPINIÃO.....42
Sérgio Cacozza; atentados tornarão processos de controle de entrada mais restritivos e criteriosos.

NACIONAL.....44
ABCO aponta crescimento no mercado de consultoria de até 20% em 2015.

INTERNACIONAL.....45
A dívida que não tem fim.

JURISPRUDÊNCIA.....46
Boas notícias para a advocacia.

NACIONAL.....48
Octávio Barros: realinhamento dos preços pressionará o resultado do IPCA em 2015.

Joaquim Vieira Ferreira Levy, ministro da Fazenda

Joaquim Levy, novo ministro da Fazenda tem 53 anos. É formado em engenharia naval, com doutorado em Economia, pela Universidade de Chicago e mestrado, também em Economia, pela FGV. Iniciou sua carreira em 1984, no Departamento de Engenharia e na diretoria de operações da Flumar S/A Navegação. Foi professor do curso de mestrado da Fundação Getúlio Vargas em 1990. Integrou os quadros do FMI, ocupando, de 1992 a 1999, cargos nos departamentos do Hemisfério Ocidental, Europeu I (Europa Ocidental) e de Pesquisa. No período de 1999 a 2000, exerceu como economista visitante no Banco Central Europeu, atividades nas Divisões de Mercado de Capitais e de Estratégia Monetária. No ano de 2000 foi nomeado Secretário-Adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda e, em 2001, Economista-Chefe do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Em janeiro de 2003, foi designado Secretário do Tesouro Nacional, posição que exerceu até março de 2006. Em abril de 2006 foi nomeado vice-presidente de Finanças e Administração do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, de onde se desligou no final do ano. De 2007 a 2010 foi o secretário da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, onde foi o homem referencia do governo e lá ajeitou as finanças do Estado, com trabalho, transparência e tranquilidade.

Desde 2010, estava na iniciativa privada, onde ocupava o cargo de diretor superintendente do Bradesco Assept Management, braço de gestão de recursos do Bradesco.

Principais medidas já adotadas pelo ministro Joaquim Levy:

- Em pouquíssimo tempo, já trouxe confiança ao mercado financeiro
- Aumento do PIS/COFINS e volta do Cide sobre combustíveis (arrecadação de R$ 12,18 bilhões)
- Aumento do IOF sobre crédito (arrecadação de R$ 7,38 bilhões)
- Aumento do PIS/COFINS sobre importação (arrecadação de R$ 694 milhões)
- Restrições na concessão de benefícios como pensão por morte, seguro desemprego e abono salarial (impacto anual de R$ 18 bilhões)
- Contingencionamento do orçamento de 2015 (impacto mensal de R$ 1,9 bilhão)
- Equiparação do IPI no setor de cosméticos (arrecadação de R$ 381,41 milhões)
- Contenção de despesas, realinhamento de preços, alta dos juros e redução das intervenções no mercado de câmbio
- Conversou em Davos com as principais lideranças econômicas e presidentes do FMI e Banco Mundial

Principais desafios que o ministro Joaquim Levy terá que enfrentar:

- Limpar os erros feitos pela equipe do governo anterior
- Trazer novos investimentos internos e externos, domar a inflação e manter o desemprego baixo

- Equilibrar as contas públicas para que em 2016 a dívida bruta caia a um patamar de 50% do PIB
- Fortalecer o mercado de capitais
- Aumentar a taxa da poupança da economia brasileira
- Reverter a tendência de queda da indústria, que deve ser de 2,7% em 2015
- Obter apoio político necessário para as reformas estruturais que o país precisa
- Criar mecanismos para a retomada de crescimento e colocar de novo o Brasil nos trilhos
- Torcer para a economia mundial crescer e ajudar o Brasil

Joaquim Levy, já concedeu duas entrevistas exclusivas para a **Revista IBEF**, publicadas anteriormente aqui.

A seguir, parte de uma dessas entrevistas, quando fala dos problemas e desafios do Rio de Janeiro, assunto sempre atual.

Revista IBEF - Além de carioca, o senhor tem uma forte ligação cultural e de amor com o Rio. Isso pesou na sua decisão de aceitar esse desafio?

Joaquim Levy - Não há nada como você trabalhar pela sua terra. Quando você viaja e mora fora, você aprende o que realmente significa o seu país e o lugar em que você mora. Ampliar a participação cívica de todos nós teria um impacto enorme no crescimento e no bem estar. Então o amor ao Rio pesou na decisão. O segundo componente da decisão, claro, foi o compromisso do governador com mudanças: fazer o Rio mais transparente, funcional e eficiente - superando velhos hábitos. Mais que a carta branca nas finanças que ele me deu, foi esse projeto que me animou e aos muitos amigos que me estimularam a aceitar o desafio.

Revista IBEF - O Rio tem futuro?

Joaquim Levy - Sim. Quando estava vindo para cá, dei uma entrevista dizendo que Estado tinha que decidir se queria ser Barcelona/Catalunha, ou Napolis/Campagna. Depois, descobri que Barcelona é exatamente o modelo da Fecomercio aqui no Rio. Barcelona também é interessante pelo seu aspecto de autonomia, de procurar em si seus recursos e habilidades. O Rio de Janeiro é um Estado com muitos recursos - do cimento ao petróleo e à energia elétrica. E tem o recurso mais importante, que são as pessoas, a capacidade intelectual e o treinamento cientifico e nas artes. Nessa área, temos ainda que valorizar a presença da CVM, da SUSEP, da CETIP e SELIC do Banco Central, do INPI, e até recentemente de parte da Aeronáutica. É importante lembrar isso ao investidor externo. Mas também é preciso abandonar a mentalidade de esperar que as coisas caiam do céu, do governo, federal, estadual, municipal. No "tempo do onça" era assim, mas agora precisa mudar, mesmo que seja menos confortável. Temos que ser realistas: ao contrário, por exemplo, da Colômbia, que tem um PIB parecido com o nosso e ganha U$ 3 bilhões ao ano para combater o tráfico, nós vamos ter que vencer essa e outras paradas sem uma transferência de renda dos Estados Unidos ou de outra fonte externa, mesmo que a relação com o governo federal esteja muito boa. O desafio é maior, mas temos como vencer, criando riquezas.

Revista IBEF - Nos últimos anos o governo estadual, vem aumentando as despesas (pessoal, encargos, investimentos) e diminuindo a receita (ICMS, royalties). Em números, qual o retrato da situação financeira do Estado do Rio de Janeiro hoje?

Joaquim Levy - A situação financeira é a de uma família que conta com receitas voláteis para financiar gastos permanentemente crescentes. Então, os *royalties* duplicaram nos últimos anos, mas a maior parte desse dinheiro foi aplicada em mais salários (entre ativos e inativos, o que dá, nessa conta, 64% da receita líquida do Estado). Claro que fortalecer os serviços do Estado, além daqueles associados à saúde e educação é muito importante (as despesas do Executivo têm crescido bem menos que a dos outros poderes, que vêm se aprimorando nos últimos anos). Mas isso tem um custo sobre a eficiência do setor privado. Somos campeões de tributos em áreas como energia elétrica e comunicações, o que pode ter um impacto na geração de emprego. A nossa arrecadação é altamente concentrada nesses setores, mesmo considerando as deduções ao longo da cadeia produtiva.

Revista IBEF - Publicamos um resumo da Terceira Sondagem Empresarial "A Força do Estado do Rio de Janeiro", realizada pela PricewaterhouseCoopers, onde se constatou, mais uma vez, a insatisfação dos empresários com a questão tributária. O que o senhor pode falar sobre isso?

Joaquim Levy - A primeira lei da tributação é que ela é eficiente sobre bens inelásticos. O que acontece, no entanto, é que, como ensinam os manuais de economia, tem um bocado de coisa que é inelástica no curto prazo e vai ficando elástica no médio prazo. Como a carga tributária é reflexo do tamanho do Estado, as lideranças econômicas precisam avaliar os serviços que os diversos braços do Estado estão oferecendo e o custo de se obter esses serviços, levando a um debate de prioridades. Isso é legítimo, afinal o lema do Estado do Rio é "Recte Rempublican Gerere", o que pode ser traduzido como "Gerir Corretamente a Coisa Pública", ou "Bem Gerir os Bens Públicos". Esse lema está na bandeira do Estado e deve inspirar o debate sobre o papel e a competência do Estado e Governo.

Revista IBEF - Qual é o seu grande projeto?

Joaquim Levy - Meu projeto prioritário é fortalecer a Secretaria de Fazenda. Trazer mais transparência, implementar uma série de medidas identificadas pelo TCE. Aumentar a cooperação com a Procuradoria Geral do Estado (PGE) e com a Justiça pode trazer grandes benefícios aos setores econômicos do Estado, estimulando o investimento e o trabalho. Hoje, com o sentimento de que as dificuldades para implementação de qualquer projeto são muitas e um dos principais fatores desestimulantes para o investimento, a pessoa pensa "Para quê? Não, melhor não fazer...", que é exatamente o que mata a expansão econômica. Mais previsibilidade, velocidade e capacidade de resposta na Receita, e também mais clareza e disciplina no gasto são os nossos objetivos e acho que podemos fazer igual ou mais pelo crescimento do que incentivos fiscais ou programas de "estímulo" a economia. Essa abordagem vai além da teoria. A cooperação com a PGE tem sido excelente, o que permitiu, por exemplo, o Estado do Rio de Janeiro ser o primeiro estado a regulamentar a lei que dispensa a formação de processo judicial para inventários e partilhas amigáveis. Enquanto em outros estados as corregedorias ainda estão discutindo isso, aqui está resolvido e publicado. Com isso, diminui o peso no Judiciário, ajudando esse Poder a melhorar ainda mais sua resposta aos processos criminais e cíveis mais complexos, além de reduzir o tempo de um inventário de um ano e meio para um ou dois meses. É claro que isso tem impacto sobre a produtividade das pessoas. Também vislumbramos progressos na dívida ativa. Se a nossa receita permitir, pensamos ainda em acelerar um pouco o pagamento de precatórios, o que pode estimular várias empresas do Estado que esperam por esse dinheiro há tempos. Há, ainda, algumas opções financeiras, que vamos explorar com cautela, que podem ajudar a suavizar os ingressos do Estado e estimular alguns setores econômicos. Mais para frente, com uma retomada mais forte na área dos serviços, pode-se imaginar um fortalecimento do setor imobiliário empresarial. Quando eu estava no BID, dia sim, dia não, algum investidor perguntava sobre isso. Com um arcabouço jurídico bem bolado e estabilidade monetária, podemos ter o mesmo influxo para o setor de imobiliários que o México vem tendo. Hoje, boa parte do financiamento de imóveis mexicanos é securitizada nos EUA - até financiamento de imóvel de baixa renda. A gente não deve perder essa oportunidade, porque não há real estado melhor que o do Rio. Hoje há opções baratas e diversificadas e, mesmo sem mudanças no IPTU e ISS, que poderiam ser instrumentos horizontais poderosíssimos, o mercado pode ser atrativo. No que puder, acho que o Estado vai tentar ajudar, porque esse é um setor com enorme efeito multiplicativo, especialmente na criação de emprego e como base para o setor de serviços tipo hospitais de qualidade, hotéis (de turismo e negócio) e reaproveitamento de áreas urbanas na região metropolitana. Uma maneira do Estado ajudar é, por exemplo, acelerando a implantação do Plano Diretor de Transportes que estimule a realocação da moradia e atividade econômica, com efeitos, inclusive, sobre o crescimento das favelas. Da para fazer, e pode gerar um *boom* econômico, inclusive no setor de transportes, que é privado no Rio de Janeiro. "Meu projeto prioritário é fortalecer a Secretaria de Fazenda. Trazer mais transparência, implementar uma série de medidas identificadas pelo TCE."

AgeRio – voltada para o futuro

*José Domingos Vargas**

O Rio de Janeiro vive momento singular de atração de investimentos e ampliação de negócios. São centenas de projetos de pequeno, médio e grande porte, que revolucionam e diversificam o perfil econômico do Estado, para além da economia do petróleo. A AgeRio participa desse movimento virtuoso, transformando oportunidades em projetos sustentáveis e atendendo às demandas, com menor burocracia, *fundings* adequados e taxas atrativas.

Por operar somente no Estado, podemos estar mais perto dos empresários, com visão aguçada quanto às perspectivas de desenvolvimento, identificando vocações regionais, customizando produtos para todos os segmentos da economia, atendendo da micro à grande empresa, além de conduzir o bem sucedido programa de microcrédito produtivo orientado, nas comunidades pacificadas do Rio de Janeiro.

Sintonizada com a estratégia do governo estadual, e contando com seu irrestrito apoio, temos contribuído com o desenvolvimento, exercendo nossa missão não só por meio de operações financeiras e acompanhamento técnico, mas, também, em parceria com os Municípios fluminenses na modernização da gestão administrativa e nos investimentos em infraestrutura, que potencializam as vocações locais.

Tudo está sendo possível porque a Agência permanece atenta às oportunidades e passa por uma transformação, ancorada em seu Programa Modernizar para Competir, que visa torná-la mais eficiente, para desempenhar papel relevante no contexto estadual, como alternativa atraente e confiável para empreendedores e braço operacional da política de desenvolvimento do Governo Estadual. Reformulamos processos internos, criamos indicadores de desempenho, realizamos concurso público e definimos nova marca, novo site, novo estatuto, novo plano de cargos e salários, além de implantar regime de alçadas e Comitês de Crédito e um arrojado plano de tecnologia da informação.

Faz parte deste contexto o compromisso com a transparência, credibilidade e aplicação das melhores práticas voltadas ao aprimoramento contínuo da gestão. Neste sentido, a AgeRio busca sua classificação de risco junto as agências internacionais emissoras de *rating*, como forma de fortalecer e ampliar as suas ações no âmbito das intermediações financeiras internas e externas.

Como passo inicial, já nos submetemos a avaliação de risco de crédito por parte da Fitch Ratings que atribuiu o nível de risco BBB-, na escala internacional de curto e longo prazo e AA- na avaliação nacional, conferindo a AgeRio o conceito de grau de investimento. Essas classificações colocam a AgeRio em condições de adequada credibilidade como tomadora de credito tanto no mercado nacional como no internacional.

Diante do desafio que vem motivando nosso corpo funcional, de tornar a AgeRio ainda mais necessária à sociedade deste Estado, continuaremos diversificando programas e democratizando o processo de concessão de crédito, ganhando escala, para ser uma Agência de Fomento cada vez mais voltada para o futuro.

** Presidente da AgeRio - Agência Estadual de Fomento.*

KPMG destaca os cem principais empreendimentos de infraestrutura no mundo; Brasil aparece com seis projetos

Novo relatório foca projetos que equilibram a solução dos problemas da sociedade atual e, ao mesmo tempo, se preparam para as demandas do futuro.

A KPMG acaba de lançar a mais nova edição do "100 Projetos de Infraestrutura", levantamento que destaca os principais projetos que estão estimulando o investimento em infraestrutura ao redor do mundo. Um painel global composto por especialistas setoriais identificou as iniciativas mundiais mais inovadoras e impactantes, mostrando como os governos estão se unindo ao setor privado para superar as restrições de captação de recursos para financiar e construir projetos que possam melhorar a qualidade de vida – tanto ao resolver necessidades imediatas como ao se planejarem para as futuras demandas da sociedade.

O grupo avaliou mais de 400 projetos e realizou a seleção final com base em escala, viabilidade, complexidade, inovação e impacto na sociedade. Dentre os projetos, destaque para seis brasileiros: Programa Morar Carioca, Transposição do Rio São Francisco, Exploração no Campo de Libra do pré-sal, Ferrovia Transcontinental, PPP da linha 6 do Metrô de São Paulo e PPP do tratamento de esgoto da região metropolitana de Recife.

"Com um valor total estimado em mais de US$ 1,73 trilhões, os cem projetos ilustram uma gama de investimentos em infraestrutura, alguns dos quais com um impacto que poderia mudar significativamente a qualidade de vida das pessoas e a competitividade das nações", afirma o sócio líder para Governo e Infraestrutura da KPMG, Mauricio Endo.

O relatório examina a infraestrutura com base na dinâmica de quatro mercados principais: Mercados Internacionais Maduros (como Canadá, Austrália e Reino Unido), Mercados Estabelecidos de Menor Tamanho (como Chile, Suécia, Nova Zelândia e Coreia do Sul), Mercados Emergentes, e Potências Econômicas, do qual fazem parte os EUA e as nações do BRICS. "Esse grupo do qual o Brasil faz parte se caracteriza por ter necessidades significativas de infraestrutura, seja para prestar suporte ao rápido crescimento e à urbanização, seja para reconstruir, consertar ou renovar ativos em seu processo de envelhecimento", explica Endo.

A publicação também traz à tona preocupações com a capacidade de pagamento e com a necessidade que os governos têm para tomar decisões difíceis sobre onde investir quando existe escassez de recursos.

CONSTRUINDO PARA O FUTURO

A publicação chama a atenção para a escassez de profissionais especializados, o que representa um grande desafio para o bom momento de fomento de infraestrutura. Ela também cita novas tecnologias e questiona quando elas terão um impacto significativo no setor da mesma maneira que transformou outras indústrias. Todavia, o relatório também reconhece a capacidade continuada do setor inovar, incluindo a gestão de capital e de ativos, ajudando a fazer um melhor uso de orçamentos e gerando recursos vitais para investimentos adicionais.

Sobre a publicação Infrastructure 100: Relatório sobre Mercados Mundiais

Este relatório é o resultado de discussões conduzidas por um painel de especialistas setoriais independentes de vários países. Ele examina a infraestrutura em quatro mercados principais: Mercados Internacionais Maduros, Mercados Estabelecidos de Menor Tamanho, Mercados Emergentes, e Potências Econômicas. Painéis de julgadores independentes para cada mercado avaliaram centenas de projetos com base na viabilidade, impacto social, complexidade técnica e/ou financeira, inovação e impacto na sociedade para, enfim, selecionar os cem projetos finalistas.

Veja, online, uma relação completa dos 100 projetos em www.kpmg.com/infrastructure100

MULTITERMINAIS
LOGÍSTICA INTEGRADA

*Usando tecnologia de ponta como: **SAP R/3**, **Navis SPARCS** e também **software proprietário**, oferecemos rastreamento em tempo real de toda a cadeia logística.*

terminais marítimos

*Operamos dois terminais adjacentes no Porto do Rio de Janeiro, o **Terminal de Contêineres MultiRio** e o **Terminal de Veículos MultiCar**, ambos sob concessão da Cia Docas do Rio de Janeiro.*

portos secos

*Localizados estrategicamente nas cidades do **Rio de Janeiro**, **Resende** e **Juiz de Fora**, recebemos cargas importadas e a exportar sob diversos regimes aduaneiros.*

terminais aeroportuários

*Geograficamente localizado entre os principais aeroportos brasileiros, o **Aeroporto Presidente Itamar Franco** está equipado para decolagem e pouso dos maiores aviões cargueiros e de passageiros.*

logística integrada

*Através da nossa rede integrada de portos marítimos, portos secos e terminais aeroportuários, **oferecemos soluções customizadas de logística integrada.***

Av. Nilo Peçanha 11 - Grupo 405, Rio de Janeiro, Brasil - 20.020-100
Tel +55 21 3095-6600 | Fax + 55 21 2262-9486
contato@multiterminais.com.br

www.multiterminais.com.br

Falta de competitividade: o grande gargalo brasileiro

Enquanto alguns analistas econômicos dizem que PIB brasileiro crescerá apenas 0,5% em 2015, o Banco Central prevê 0,8% e há quem acredite em um aumento de 0,9%. Mas poucos são os que arriscam dizer que esse índice passará de 1%. Algumas medidas foram sugeridas para mudar esse cenário e uma é considerada unânime: diminuir os gargalos que emperram a competitividade brasileira.

Nesse quesito não podemos dizer que desfrutamos de uma posição confortável. No relatório "Competitividade Global 2013-2014", lançado pelo Fórum Econômico Mundial, o Brasil ficou em 56º lugar numa lista de 148 países. Na pesquisa "Índice de Competitividade das Nações", desenvolvida anualmente pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), caímos do 37º para o 39º lugar em um universo de 42 países pesquisados. Se levarmos em conta que em 13 anos a China subiu 11 posições e a Coreia do Sul, 10 posições, percebemos o quanto estamos longe do ideal.

A questão é tão urgente que foi citada como o desafio central da gestão do novo Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro. Na sua agenda de governo, ele prometeu implementar uma política de comércio exterior mais ativa, renovar o parque fabril e, principalmente, desburocratizar e simplificar o ambiente tributário. A reforma tributária, aliás, é apontada por empresários e estudiosos como a condição sine qua non para melhorar o ranking da competitividade brasileira. Afinal, o nosso sistema tributário vem de um tempo onde a economia, em grande parte, era informal e, por isso, cobrava-se altos impostos para compensar a previsão de evasão fiscal. Atualmente, no entanto, essa lógica não faz mais sentido.

Infraestrutura

Dos países integrantes dos BRICs, o Brasil é o que menos investe em infraestrutura: apenas 2,1% do PIB, quando o mínimo, segundo estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI), seria de 5% do PIB, o que corresponde a R$ 240 bilhões por ano.

Ainda que o governo esteja envidando esforços para aprimorar a infraestrutura brasileira, o gap é grande. A iniciativa privada, por sua vez, se ressente de um ambiente regulador mais transparente e confiável. Em um documento apresentado à Presidência da República, a CNI considera que o ideal é que as agências reguladoras sejam órgãos de Estado, e não departamentos da estrutura de governo. Sendo independente, elas poderiam exercer um papel decisivo na atração de capitais.

Portos

O investimento em infraestrutura portuária é uma medida que puxa os indicadores de emprego e arrecadação de impostos pra cima. No Rio, o Porto do Açu já é considerado a maior obra de infraestrutura portuária do país, gerando cerca de 10 mil empregos. Outras instalações portuárias

> *A produção industrial brasileira atual chegou ao nível mais baixo registrado antes da crise de 2008. Com isso, sua participação no PIB é de 25%, dez pontos percentuais a menos que na década de 90."*

também estão previstas, o que reforçará ainda mais o papel estratégico do estado. No entanto, para que esse projeto cumpra a sua função por inteiro, é necessário tirar do papel 40 quilômetros de ferrovia que permitam a integração com a Malha Regional Sudeste da Rede Ferroviária Federal S. A.

Indústria

A produção industrial brasileira atual chegou ao nível mais baixo registrado antes da crise de 2008. Com isso, sua participação no PIB é de 25%, dez pontos percentuais a menos que na década de 90. Como é sabido, o país começa a estagnar se a indústria não cresce. Por isso, a presidente Dilma promete recuperar a indústria para que o país volte a crescer. Nos últimos três anos, o governo federal vem desenvolvendo as Agendas Tecnológicas Setoriais (ATS), que identificam quais as tecnologias serão relevantes para a competitividade do Brasil em um horizonte de 15 anos.

A notícia boa é que um dos setores da indústria está indo de vento em popa: a indústria de TI já responde por 46% de todo o mercado de tecnologia na América Latina e fechou o ano de 2014 registrando um crescimento de 9,2%. Os investimentos têm se concentrado, principalmente, em Big Data, computação em nuvem e mobilidade.

Para combater os gargalos deste setor e o de Telecom, a Firjan, em parceria com o Sindicato da Indústria Eletrônica, Informática, Telecomunicações, Componentes e Similares do Estado do Rio de Janeiro (Sinditec), irá implementar este ano um plano de ação com quatro frentes de atuação: inovação, qualificação, negócios e políticas públicas.

Capacitação e Mão de obra

Se o país conseguir resolver todos os problemas citados até aqui ainda restará um: falta de mão de obra capacitada. No caso da indústria de TI, por exemplo, há cerca de 117 mil vagas em aberto. O fato de haver poucos profissionais qualificados faz com que aos poucos, a mão de obra fique mais cara e, a longo prazo, o setor pare de se desenvolver.

A área de engenharia, primordial no que tange à indústria da construção civil, passa pela mesma dificuldade. Há muitos engenheiros se formando, mas a qualidade dessa formação não é das melhores. Nem mesmo nas melhores escolas de engenharia, que estão enfrentando o desafio de repensar a sua concepção.

Ou seja, ter profissionais graduados não é o suficiente. De acordo com o movimento Todos pela Educação, o Brasil tem cerca de 14 milhões de analfabetos absolutos e mais de 35 milhões de analfabetos funcionais - entre os universitários o índice chega a 38%, segundo o Instituto Paulo Montenegro e a Ong Ação Educativa - parceiros na criação do Inaf (Indicador de Analfabetismo Funcional).

Se analisarmos que os custos com mão de obra cresceram mais de 300% entre 2002 e 2014 e a produtividade dos trabalhadores cresceu, em média, apenas 1% ao ano ao longo da década de 2000, é possível perceber que muita coisa precisa mudar para que todas as peças da engrenagem industrial funcionem a contento.

Referências

Competitividade Global 2013-2014
http://reports.weforum.org/the-global-competitiveness-report-2013-2014/

Índice de Competitividade das Nações
http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/indice-de-competitividade-das-nacoes-ic-fiesp-2014/

As mulheres de TI

*Cristina Boner**

O mercado vem demonstrando importantes mudanças de parâmetros na questão de redução na desigualdade de gêneros na profissão. Antes pequena e restrita a algumas funções, a presença das mulheres em cargos de gestão e, inclusive, à frente de importantes projetos já é uma realidade que veio para ficar. Pesquisa do SEBRAE, por exemplo, aponta que elas representam 52% dos novos negócios abertos no país. Há dez anos, esse número era inferior a 30%.

A força do empreendedorismo feminino alcançou até mercados antes liderados pelo público masculino, como é o caso da área de Tecnologia da Informação. Hoje, segundo pesquisas de mercado, as mulheres representam aproximadamente 20% do total de trabalhadores do segmento.

Com um crescimento acelerado nos últimos anos, o setor demanda profissionais cada vez mais especializados e aptos a enfrentar a alta competitividade e as constantes mudanças do mundo moderno. Nesse contexto, líderes femininas têm se sobressaído, principalmente por trazer características como flexibilidade, sensibilidade e poder de diálogo aos processos de gestão das companhias. Além disso, a mulher possui uma forte determinação em transcender suas limitações e se projetar em desafios que lhe dê reconhecimento, independência financeira e evidência, o que colabora para um maior sucesso em cargos de liderança.

A ascensão feminina no mercado de TI também é um reflexo da maior busca pela especialização. Esse movimento tem se destacado, inclusive, entre as mulheres das classes C, D e E – cada vez mais importantes no desenvolvimento econômico brasileiro. Na Associação de Mulheres Empreendedoras (AME), entidade que busca a valorização da mulher na sociedade brasileira e no mercado de trabalho, a procura por cursos de informática cresce a cada ano, somando centenas de profissionais capacitadas nos últimos dez anos.

Apesar das mudanças que estão acontecendo, ainda temos muito a fazer para consolidar a presença feminina no ambiente de negócios. Em diversas regiões do país, perdura a ideia de que a mulher tem que cuidar apenas da casa e da família. Mesmo com o aumento gradativo das mulheres no comando das famílias brasileiras - 38% do total -, ainda existem grandes obstáculos para liquidar esse antagonismo de gêneros em pouco tempo.

Além da criação de leis que favoreçam a igualdade, devemos investir em iniciativas de educação aos nossos herdeiros e trabalhar de forma evolutiva para que haja um sistema sustentável para as gerações futuras em todos os âmbitos: profissional e privado.

É preciso, ainda, eliminar do mercado essa mentalidade da diferença de gênero como fator importante para exercer um cargo estratégico nas empresas. Não há mais dúvidas de que estamos preparadas para conduzir negócios inovadores e bem-sucedidos. Hoje, após anos de luta, podemos dizer que somos responsáveis não só pelo sucesso de nossa família, mas pelo crescimento sustentável de nosso país.

** Fundadora e líder da Globalweb Corp e presidente da Associação de Mulheres Empreendedoras (AME).*

TopDown SISTEMAS

Top Down, há 28 anos contribuindo com o bem-estar da sua empresa.

HÁ 28 ANOS NO MERCADO DE TI, A TOP DOWN É CONSULTORA NA ÁREA DE INFORMÁTICA. COM PACOTES PRÉ-FORMATADOS E SISTEMAS DESENVOLVIDOS SOB MEDIDA, CONTRIBUÍMOS COM A GESTÃO DE SUA EMPRESA DE MANEIRA TOP, PARA QUE VOCÊ FOQUE SEUS ESFORÇOS NOS PONTOS PRINCIPAIS DO NEGÓCIO. O DOMÍNIO DA TECNOLOGIA ALIADO AO DIÁLOGO E CUMPLICIDADE SÃO OS VALORES PRINCIPAIS NO RELACIONAMENTO DE NOSSA EQUIPE COM OS CLIENTES.

O Top Saúde Médico é o produto ideal para seu negócio. Ele gerencia todas as etapas dos processos administrativos de Planos de Saúde, contribuindo com sua produtividade e auxiliando na tomada de decisões.

TopSaúde MÉDICO
Gestão de saúde inteligente

CONHEÇA MAIS SOBRE O NOSSO NEGÓCIO EM:
www.topdown.com.br • www.facebook.com/topdownsistemas • www.twitter.com/topdownsistemas

Governo Federal institui integração e plano de desenvolvimento para regiões metropolitanas

O Governo Federal instituiu o Estatuto da Metrópole, por meio da Lei 13.089, de 12 de janeiro de 2015, sancionada pela presidenta da República, Dilma Rousseff. O novo estatuto irá integrar as políticas setoriais de desenvolvimento urbano nos territórios metropolitanos, harmonizar as estratégias de planejamento e gestão e consequentemente, qualificar os investimentos.

O Estatuto da Metrópole foi amplamente discutido com a sociedade. Para reverter os problemas sociais atualmente existentes nas regiões metropolitanas, o estatuto traz três principais avanços: regulamentação das funções públicas de interesse comum e gestão plena; instituição do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI); e instituição de critérios para apoio da União. Essas intervenções não afetarão os investimentos atuais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O primeiro destaque é a instituição de uma Gestão Plena para compor o sistema de Governança Metropolitana. A nova instância executiva tem o objetivo de integrar diversos representantes, são eles: Poder Executivo de entes federativos integrantes das unidades territoriais urbanas; instância colegiada deliberativa com representação da sociedade civil; organização pública com funções técnico-consultivas; e sistema integrado de alocação de recursos e de prestação de contas.

Outro ponto é a obrigatoriedade do PDUI. A partir da sanção do Estatuto da Metrópole, todas as regiões devem elaborar o plano, que estabelece uma visão conjunta e integrada de municípios inseridos em uma mesma dinâmica urbana e socioeconômica. O instrumento trará diretrizes para orientação dos Planos Diretores Municipais, para o ordenamento do território municipal e para os investimentos das políticas setoriais de desenvolvimento urbano, com destaque para os investimentos em habitação, saneamento e mobilidade urbana. As Regiões Metropolitanas já existentes devem elaborar o PDUI até 13 de janeiro de 2018. As novas regiões que surgirão ao longo do tempo, terão três anos, a partir de sua criação, para elaborar o plano. Após a elaboração dos planos, os municípios integrantes das Regiões Metropolitanas deverão adequar seus Planos Diretores ao PDUI.

O estatuto também prevê a possibilidade de apoio da União às entidades metropolitanas que se adequarem aos dispositivos instituídos pela lei. Esse apoio será regulamentado futuramente.

Para auxiliar as regiões metropolitanas, o Ministério das Cidades, por meio de um Acordo de Cooperação com o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (HABITAT-ONU), iniciará novos trabalhos para regulamentação da lei e propor uma metodologia Nacional para os PDUI.

Atualmente, cerca de 95 milhões de brasileiros vivem em 66 territórios denominados Regiões Metropolitanas, o que representa 7% do território nacional, segundo dados do IBGE-2010.

Essas regiões trazem números preocupantes como: os 66 territórios correspondem a 88,7% dos domicílios em aglomerados subnormais (IBGE-2010); concentram 90% dos indivíduos com renda per capita de até três salários mínimos; e apresentam taxas de 35 homicídios por 100 mil habitantes (mais de cinco vezes a média mundial-ONU).

Países se recuperam da crise financeira, aponta estudo da DHL

O GCI DHL analisa a globalização em três dimensões: a profundidade de interações entre fronteiras dos países, sua direcionalidade e sua distribuição geográfica. "O GCI, com sua abordagem única 3D, registrou uma queda na intensidade da interação entre países durante a crise financeira", explica o professor Ghemawat.

O estudo baseia-se em mais de 1 milhão de dados de fluxos internacionais que abrangem o comércio, capital, informação e pessoas acumulados ao longo dos últimos nove anos. O ranking engloba 99% do PIB mundial e 95% da população do planeta.

Sobre os autores do Índice de Conectividade Global da DHL de 2014

Pankaj Ghemawat é professor da cátedra Anselmo Rubiralta de Estratégia Global na IESE Business School em Barcelona, Espanha.Trabalhou por mais de 20 anos no corpo docente da Harvard Business School, onde, em 1991, tornou-se a pessoa mais jovem na história da escola a ser nomeada professor titular. O livro mais recente de Ghemawat, Mundo 3.0, ganhou o prêmio Thinkers 50 por ser considerado o melhor livro de negócios publicado em 2010-2011.

Steven A. Altman é associado de pesquisa sênior e professor de Gestão Estratégica na IESE Business School em Barcelona, Espanha.

DHL - A empresa de logística para o mundo

A DHL é líder global no mercado em logística e transporte. Considerada "A empresa de logística para o mundo", a companhia oferece soluções em frete expresso e entrega de encomendas nacionais e internacionais, frete aéreo e marítimo, transporte rodoviário e ferroviário, bem como soluções relacionadas ao mercado e-commerce e Supply Chain. A DHL possui uma rede global composta por mais de 220 países e territórios e cerca de 315.000 funcionários em todo o mundo que se dedicam a prestação de serviços com agilidade, confiança e conhecimento regional que superam a expectativa dos clientes. A companhia possui um forte programa de responsabilidade social e apoia causas relacionadas à proteção ambiental, gestão de desastres e educação.

DHL faz parte do Deutsche Post DHL. O grupo gerou receita de mais de 55 bilhões de euros em 2013

A tecnologia ajudando a diminuir a distância entre empregados e empresas

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) prevê que o comércio varejista ofereceu 138,7mil vagas de trabalho no fim de 2014, o que equivale a crescimento de 0,8% em relação ao mesmo período do ano passado. A tecnologia vai ter cada vez mais participação muito especial na vida de quem busca uma vaga. Os aplicativos vieram para mudar a forma que as pessoas procuram uma oportunidade. Os usuários de internet têm cada vez mais acesso a aplicativos que reduzem a distância entre empregado e empresa. Um destes recursos inovadores é o Easy Emprego, criado por Renan Godinho, de 24 anos, que usa recursos de geolocalização para ajudar as pessoas a encontrarem a vaga ideal e ainda perto de casa ou da faculdade. Mais qualidade de vida para o funcionário e mais produtividade para a empresa. O empresário explica como o app pode empregar sem perda de tempo nem estresse.

Estudo recente da Firjan mostra que o custo dos congestionamentos na Região Metropolitana do Rio atingiu 29 bilhões em 2013. Para 2014 e 2015, o prejuízo deve ficar na casa dos R$ 25 bilhões, redução de 13,8%, mesmo com um pequeno aumento estimado dos engarrafamentos (0,9%). O custo leva em consideração o tempo em que as pessoas economicamente ativas ficam paradas no trânsito e o gasto extra com combustível. A tecnologia tem reduzido as distâncias e contribuído para diminuir os prejuízos. Mais qualidade de vida para o funcionário, mais produtividade para a empresa e menos prejuízos sociais e econômicos.

Três aplicativos que ajudam a driblar problemas de mobilidade urbana e melhorar a qualidade de vida.

Easy Emprego - o app auxilia profissionais a achar trabalho perto da casa ou da faculdade por meio de recursos de geolocalização.

Easy Deliver - o app encontra o motoboy mais próximo ao local indicado para retirada.

Belezuca - Busca produtos desejados mais próximos de onde o consumidor está.

Os paulistanos gastam 3 horas por dia no trânsito, segundo o Ibope. Em 2014, o número supera em 31 minutos o resultado de 2013. O trânsito na cidade foi considerado ruim ou péssimo por 70% dos entrevistados. E 71% deles afirmaram que deixariam de usar o carro, caso houvesse uma boa alternativa de transporte. Os aplicativos inovam com soluções que propõem diminuir as distâncias e, assim, o caos nas cidades, desperdício de tempo, dinheiro e redução dos prejuízos ambientais.

Consciência e cidadania para um Brasil mais limpo

*Ariovaldo Caodaglio**

A Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída em agosto de 2010 (Lei nº 12.305), tem dois eixos principais, que são o fim dos lixões em 2014 e a implantação da Logística Reversa, esta voltada a equacionar o destino final dos restos do consumo, incluindo eletrônicos, lâmpadas, pneus e baterias. Independentemente do atraso no cronograma de implementação dos projetos, que precisam ser agilizados, há algo crucial, mais importante até mesmo do que as ações do poder público: a consciência da sociedade quanto à atitude de cada indivíduo, família, condomínio e empresa para a consolidação de uma nova cultura no trato da questão dos resíduos sólidos.

É premente que todos entendam, como princípio fundamental, a necessidade de, por um lado, não sujar o ambiente urbano e, de outro, dispor todo o lixo produzido de modo ambientalmente correto. Esse avanço implica mudança de hábitos de todas as pessoas, em casa, na escola e no trabalho. Tais posturas cívicas e comportamentais são decisivas para que nossas cidades fiquem mais limpas.

Em primeiro lugar, é necessário rever o anacrônico conceito de que a sociedade paga impostos ao setor público para que este limpe as ruas e as cidades e se encarregue de coletar, transportar e dar destino final aos resíduos sólidos. Já passou da hora de avançarmos para um conceito mais contemporâneo de que é responsabilidade de cada um não sujar as ruas nas quais transita e a cidade na qual vive. Do mesmo modo, efetuar corretamente a deposição do lixo para a coleta é um compromisso de cada residência, condomínio, empresa, escola e instituição pública ou privada.

Cada pessoa deve ser um agente proativo do processo e não mais um usuário reativo do trabalho dos serviços de limpeza, varrição e coleta do lixo produzido pela sociedade. Todos devem comprometer-se com a meta de que o Brasil tenha cidades mais limpas e um habitat humano mais saudável e agradável. Qualidade ambiental é uma responsabilidade de todos.

O mesmo raciocínio aplica-se à questão da logística reversa, que objetiva dar solução adequada aos produtos no final de sua vida útil. Esse item da Política Nacional de Resíduos Sólidos é o que define a responsabilidade compartilhada das distintas cadeias de suprimentos e da sociedade quanto à restituição, reaproveitamento, reciclagem ou destinação final ecologicamente correta dos bens de consumo e suas embalagens. Porém, por mais eficazes que sejam as estruturas de coleta seletiva, estratégias e programas de devolução em pontos de venda e centros de recepção das indústrias e importadores, nada será viável sem a participação e engajamento da população.

Isso é fundamental para o Brasil vencer o grande desafio da salubridade ambiental e qualidade da vida. No enfrentamento desse problema urbano, é necessária sinergia entre indústrias/importadores, distribuidores, comércio e consumidores brasileiros. Todo cidadão deve sentir-se participante e responsável. Cabe ao Ministério do Meio Ambiente e ao de Cidades coordenar os Grupos Técnicos Temáticos encarregados de desenvolver modelos, normas e procedimentos para a logística reversa, para que se costurem acordos setoriais e se cumpra a legislação.

Nada, contudo, será factível se cada cidadão não participar, com adequado comportamento quanto à coleta seletiva, ou na devolução dos rejeitos nos postos de coleta das respectivas cadeias produtivas.

Como se observa, civismo e educação ambiental são elementos imprescindíveis para que a Política Nacional de Resíduos Sólidos tenha êxito. Ao fazer a sua parte e dar o exemplo, a sociedade também ganha mais força política para cobrar o poder público municipal, estadual e federal quanto à execução dos projetos e recuperação dos atrasos. Consciência, portanto, é o paradigma basilar da salubridade ambiental urbana!

** Cientista social, biólogo, estatístico e pós-graduado em meio ambiente, é presidente do SELUR (Sindicato das Empresas de Limpeza Urbana no Estado de São Paulo).*

Prédios verdes

Prédios "verdes" já atingem 10% do total do PIB de edificações no Brasil. O valor total dos imóveis que reivindicam o selo sustentável atingiu R$ 16,6 bilhões no ano passado.

O valor das construções com projetos registrados para receber certificações de obra sustentável, os chamados prédios "verdes", já atinge 10% do total do PIB de edificações – subdivisão do PIB da construção civil que exclui obras de infraestrutura. Em 2010, os prédios "verdes" não ultrapassavam 3% do PIB setorial. O valor total dos imóveis que reivindicam o selo sustentável atingiu R$ 16,6 bilhões no ano passado, em comparação com um PIB de edificações de R$ 163 bilhões no mesmo período, segundo estudo realizado pela EY (antiga Ernst & Young).

O levantamento compreende dados sobre a movimentação econômica da construção verde no Brasil, evidenciando um aumento substancial da participação de empreendimentos sustentáveis na composição do PIB de Edificações ao longo dos últimos três anos.

Ana Rocha Melhado, Diretora da Empresa de consultoria proActive, pós-doutora em Projetos e Construção de Bairros Sustentáveis pelo Departamento de Engenharia de Produção da Universidade de São Paulo (USP), realizado em Paris, explica que "quando os projetos certificados começaram a ser desenvolvidos, as construtoras viam esse tipo de investimento como custo adicional. Hoje já entendem que o investimento feito a curto prazo pode até ser maior, mas ele é recuperado na velocidade de venda das unidades

ou na eficiência de gestão na fase de Operação do Empreendimento, por exemplo, além de reduzir em até 10% os custos de manutenção em um condomínio, em razão da gestão eficiente da água e da energia, por meio da redução do consumo", revelou.

O mercado de construções verdes já atinge diversos segmentos como escolas, hospitais, estádios e edificações comerciais, residenciais, entre outros, os fundos imobiliários têm incluído a certificação como exigência para receber investimentos, assim esses empreendimentos além de colaborar com o meio ambiente e com a qualidade de vida de seus usuários e vizinhos, essas construções também mostram vantagens financeiras, o que tem atraído cada vez mais adeptos.

Segue relação de construções que seguem os padrões de "Prédios Verdes" que tiveram assessoria da PROACTIVE Consultoria e receberam a certificação AQUA-HQE, de origem francesa, adaptada ao Brasil pela Fundação Vanzolini, com a participação da proActive, e é a maior chancela de sustentabilidade para a construção civil do país.

SINDUSCON-BA – o edifício sede é o primeiro empreendimento comercial da Bahia a conquistar a Certificação do Processo AQUA-HQE (Alta Qualidade Ambiental) na fase Realização;

Casa Natura - projeto conseguiu se adequar a diversas situações e terrenos, com estrutura pré-fabricada, materiais reciclados e ainda pode ser desmontada e remontada em outro lugar.

ADEMI-DF – prevista para ser entregue em junho de 2015, conta com medidas para redução do consumo de água potável, energia elétrica, coleta seletiva e as áreas de armazenamento de resíduos e a utilização de materiais sustentáveis;

Shopping RioMar Fortaleza – projeto do grupo JCPM, - apresenta redução de 55% de resíduos gerados no canteiro de obras e reciclagem de 92%, 60% de redução de consumo de agua e 40% de redução de energia, por meio de iluminação natural privilegiada, sistema de irrigação automatizado com uso de 100% de água de poço, sistema de esgoto a vácuo,integração à paisagem; Inaugurado no dia 28 de Outubro de 2014.

Scenarium Braz Leme – previsto para ser entregue em 2017, o projeto da Construtora Tarjab apresenta diversas medidas para economizar água e energia;

Horizon Residence Premium – idealizado pela Brookfield Incorporações foi o primeiro empreendimento certificado AQUA-HQE no Interior do Estado de São Paulo; entregue em Outubro 2014.

Facilità Camburi – Lançamento da Lorenge previsto para ser entregue em 2017 possui uma torre comercial e uma residencial é o primeiro Empreendimento do estado do Espiríto Santo a alcançar a Certificação AQUA-HQE;

Rio Verde Engenharia - Empreendedor AQUA-HQE possui 7 certificações e com esse certificado todas as suas construções vão seguir os padrões de sustentabilidade do processo AQUA, selo concedido pela Fundação Vanzolini.

Um novo momento para as informações financeiras

*Ayres Moura**

Há quatro anos, as empresas brasileiras começaram a trilhar um novo caminho no âmbito da divulgação de informações financeiras com a adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS, na sigla em inglês). A mudança representa, ainda hoje, um grande desafio – principalmente por aumentar a complexidade na elaboração dos relatórios. Esse tem sido um motivo de preocupação para o mercado e as entidades reguladoras.

Analistas, investidores e usuários em geral vêm reportando dificuldade de entendimento do conteúdo dos relatórios financeiros, que muitas vezes pecam pelo excesso na quantidade de informações prestadas. Esse excesso, no entanto, não significa ganho de qualidade das informações. Além disso, relatórios maiores demandam mais tempo de preparação e maior espaço para publicação em jornais, por exemplo, o que encarece o custo de elaboração e divulgação.

Com o objetivo de tornar os relatórios mais objetivos, em novembro de 2014 a CVM aprovou a Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata da evidenciação na divulgação dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral. A OCPC 07 não traz muitas novidades em relação aos pronunciamentos técnicos emitidos anteriormente – por exemplo, o CPC 00 e o CPC 26 – que se dedicam a esmiuçar os conceitos básicos para a divulgação de relatórios financeiros. Sua principal importância está no caráter educativo – e também de alerta: com ela, espera-se que as empresas busquem uma maior racionalização das demonstrações financeiras.

A OCPC 07 reforça as melhores práticas em termos de elaboração e evidenciação a serem observadas pelas empresas na preparação das notas explicativas. A ideia é que sejam mais consistentes, precisas e objetivas, evitando a proliferação de informações muitas vezes não relevantes que são divulgadas apenas como tentativa de atender a uma série de solicitações, muitas vezes com fim preventivo.

Espera-se que, diante dessa orientação, haja um novo exercício de julgamento e uma revisão nas divulgações atuais, redefinindo quais são as informações relevantes que devem constar nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Isso demandará, também, maior esforço e reflexão dos profissionais responsáveis pela preparação das informações financeiras e pela relação com o mercado. Também auditores independentes, reguladores e investidores têm papel relevante nessa jornada.

O recado que o OCPC 07 vem transmitir é claro: demonstrações financeiras mais objetivas, escritas em linguagem acessível a todos os públicos e com informações de real interesse para os mercados e os investidores atraem mais atenção e demonstram maior credibilidade. Efeitos que beneficiam a todos.

** Sócio de Financial & Accounting Advisory Services, Ernst & Young.*

EY

Building a better working world

Economia

Está difícil lidar com a atual conjuntura? Em todos os momentos, **conte com a EY**.

Ernst & Young agora é EY.
Serviços de Auditoria | Consultoria de Negócios
Gestão Tributária | Assessoria em Transações

ey.com.br

facebook | **EYBrasil**
twitter | **EY_Brasil**
linkedin | **ernstandyoung**
app | **ey.com.br/eyinsights**

Trabalhe conosco: **ey.com.br/carreiras**

© 2015 EYGM Limited. Todos os Direitos Reservados.

Rio2016 Rio2016 JOGOS PARALÍMPICOS

APOIADOR OFICIAL

TM Rio 2016

Baixe o app **EY Insights** gratuitamente na Apple Store ou no Google Play e conheça nossos estudos e publicações.

As estatais e a governança corporativa

João Adalberto Elek Junior é o novo diretor de Governança, Risco e Conformidade da Petrobrás, cargo criado pela empresa após o escândalo de corrupção que culminou com a operação "Lava Jato" da Polícia Federal.

Formado em engenharia elétrica pela PUC-Rio, Elek é especialista em Relações com investidores e já teve passagens pela AT&T Brasil, Citibank, Embratel, Net e Fibria.

Dias antes do anúncio, o Rio de Janeiro sediou o "I Fórum Latinoamericano de Governança, Riscos e Compliance no Setor de Petróleo e Gás", que foi palco para a discussão sobre a realidade e os desafios de um mercado cada vez mais complexo e regulado. Durante o evento, o ex-ministro-chefe do Gabinete da Controladoria-Geral da União (CGU) Jorge Hage disse que a Lei 12.846/13, conhecida como Lei Anticorrupção - que responsabiliza as pessoas jurídicas envolvidas em casos de corrupção - é a peça legislativa que tem despertado o interesse de todos. O ex-ministro chamou a atenção para o fato que o aumento das transações internacionais, associado com a facilidade no trânsito de fluxos financeiros, tem levado a questão da corrupção além das fronteiras dos países.

Um exemplo é o caso do grupo de fundos americanos e brasileiros que decidiu processar a Petrobras por conta da queda na cotação da empresa. A ação foi possível graças à Lei Sarbanes-Oxley, que pode ser evocada pelas empresas que tenham ações negociadas nos Estados Unidos. A Sarbanes-Oxley, criada em 2002 nos EUA, depois dos escândalos financeiros da Enron, prevê penalidades mais severas para fraudes.

A maior ameaça às boas práticas de governança em empresas de economia mista ou estatais, de acordo com a visão quase unânime dos analistas de mercado, acontece quando estas empresas perdem de vista o interesse público que justificou a sua criação. Para prevenir que isso aconteça, algumas medidas são recomendadas, como a observância da nomeação de minoritários para o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração - de forma a cumprir os direitos da Lei Societária - e a profissionalização das administrações dessas empresas.

PACTO DA BOA GOVERNANÇA

Desde 2007, o Tribunal de Contas da União (TCU) vem realizando um levantamento para averiguar o nível de governança do setor público. Para isso questionários eletrônicos são enviados às organizações da administração pública federal, estadual e municipal. O resultado desse levantamento, intitulado "Pacto pela Boa Governança: Um Retrato do Brasil", traça um diagnóstico sobre importantes temas do país, como saúde, educação, previdência social, segurança pública e infraestrutura. Segundo o presidente do Tribunal, João Augusto Nardes, não há possibilidade de combater corrupção sem metas, objetivos e planejamento e é categórico quanto à nossa forma de administrar: "Precisamos eliminar o jeitinho brasileiro da governança".

Estudo da FenaPrevi aponta que só 30% dos brasileiros se preocupam em poupar

Estudo da FenaPrevi (Federação Nacional de Previdência Privada e Vida) sobre hábito de poupança dos brasileiros feito em domicílio com 1.500 mil pessoas (53% do sexo feminino e 47% do masculino) economicamente ativa e não economicamente ativa das cinco regiões do país, com idade entre 20 e 60 anos ou mais, das classes A/B, C e D/E. O levantamento mostra que 68% não se preocupam em guardar parte dos rendimentos. E do universo de poupadores, 52% guardam até 10% dos rendimentos.

Principais indicadores da pesquisa:

- Fazer uma reserva financeira para o futuro ou para eventualidades já figura como prioridade em 30% dos domicílios brasileiros. Mas a maioria dos lares do país, 68%, não se preocupam em guardar parte dos rendimentos.
- Do universo de domicílios que fazem reserva, 52% guardam até 10% do orçamento familiar por mês.
- A faixa de domicílios que consegue reservar entre 10% e 20% do orçamento é de 26% entre os lares que declaram fazer economias.
- Os lares com maior capacidade de gerar reservas se reduzem a 7% do universo de poupadores e apenas 2% conseguem fazer reservas iguais ou superiores a 40% do orçamento.
- 12% dos lares que fazem economia não sabem a ordem de recursos que economizam.

Economiza até quanto no mês do que ganha?

- Outro dado mostra o seguinte: 44% dos entrevistados declararam fazer planejamento doméstico financeiro.
- A média de recursos guardada pelos domicílios que conseguem fazer reservas é de R$ 626,15 ao mês.

Onde aplica o dinheiro?

- A poupança é a modalidade com maior penetração, mencionada por 85% dos respondentes.
- Os fundos de investimento surgem com 5% e os planos de previdência ocupam a terceira posição com 3%.
- 21% dos entrevistados declararam ter interesse em adquirir um plano de previdência complementar aberta algum dia.
- Outros 16% pensam em iniciar os investimentos nos próximos cinco anos e, 5%, nos próximos 12 meses.

Conhecimento sobre previdência privada por região do país

- Quando analisado o conhecimento do produto, 22% da amostra declararam conhecer algo sobre a previdência privada.
- 78% da amostra dizem não conhecer a modalidade de investimento.
- A região Sul é a que apresenta a maior familiaridade com este tipo de investimento (29%).
- No Centro-Oeste, os que têm alguma informação somam 25% e no Sudeste são 24%.
- No Nordeste o índice de conhecimento é de 14%.

Conhecimento sobre finanças pessoais (por classe social e gênero)

- As classes AB lideram o índice de conhecimento (37%)
- Seguida pela classe C (17%) e classe DE (7%).
- Na análise por sexo e idade, os homens lideram o índice de conhecimento (26%).
- Entre as mulheres, 19% sabem algo sobre a previdência complementar aberta.

Conhecimento sobre finanças pessoais de acordo com a idade

- O público que tem conhecimento se concentra na faixa dos 30 aos 44 anos, segmento no qual 27% dizem conhecer o produto.
- Na faixa dos 45 aos 49 anos, o índice de conhecimento cai para 24. Dos 50 aos 59, o índice é de 19% e acima dos 60 anos cai pra 18%.
- Os mais jovens, de 23 a 29 anos, 19% dizem ter informações sobre a previdência complementar aberta.

Projetos fluminenses vencem Prêmio ANA 2014 pela primeira vez

O Rio de Janeiro foi o único estado a vencer em duas categorias: Organismos de Bacia e Imprensa. Os trabalhos vencedores serão apresentados no Fórum Mundial da Água de 2015, na Coreia do Sul

O Prêmio ANA é a maior premiação do Brasil quando o tema é água e em 2014 recebeu o recorde de 452 inscrições. No último mês de dezembro, no auditório da Caixa Cultural de Brasília, a Agência Nacional de Águas (ANA) anunciou os trabalhos vencedores desta edição. O Rio de Janeiro venceu a premiação pela primeira vez e já estreou com dois ganhadores de uma só vez: nas categorias Organismos de Bacia e Imprensa.

Em Organismos de Bacia, o projeto Diagnóstico Ambiental e Dimensionamento de Medidas de Mitigação para Minas d'Água na Área de Abrangência do Comitê Guandu foi o vencedor. O trabalho do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Guandu, Guandu Mirim e da Guarda tem o objetivo de identificar as minas d'água da região utilizadas para abastecimento, além de propor ações para preservar o entorno delas. Na categoria Imprensa, a Globo News venceu com um especial sobre água do programa Cidades e Soluções.

A premiação da Agência Nacional de Águas reconhece projetos apontam caminhos para assegurar água de boa qualidade e em quantidade suficiente para o desenvolvimento e a qualidade de vida das atuais e futuras gerações. Neste ano, estiveram em disputa sete categorias: Empresas; Ensino; Governo; Imprensa; ONG; Organismos de Bacia; e Pesquisa e Inovação Tecnológica.

No Prêmio ANA 2014, um estado que nunca tinha ganhado a premiação saiu com dois vencedores: o Rio de Janeiro. Trabalhos fluminenses venceram as

> *Vocês, que estão aqui concorrendo ao Prêmio ANA, nos ajudam muito na dimensão de fortalecer essa temática [de recursos hídricos] junto à sociedade brasileira"*

categorias Imprensa e Organismos de Bacia. Os demais cinco Troféus Prêmio ANA, peças criadas pelo mestre vidreiro italiano Mario Seguso, foram para o Ceará (Governo), Minas Gerais (ONG), Pará (Ensino), Paraná (Empresas) e Pernambuco (Pesquisa e Inovação Tecnológica). Os finalistas estiveram em Brasília, com as despesas pagas, para participar da solenidade.

Outro prêmio aos vencedores será uma viagem ao próximo Fórum Mundial da Água, que acontecerá de 12 a 17 de abril de 2015 na Coreia do Sul. Durante o maior evento do mundo sobre água, os vencedores apresentarão seus trabalhos a pessoas de todo o planeta no Pavilhão Brasil, estande do País no Fórum.

Em seu discurso, o diretor-presidente da Agência Nacional de Águas, Vicente Andreu, traçou um panorama da situação das águas e da gestão do recurso no país. Andreu também apontou a premiação como vitrine de boas práticas para serem replicadas pelo Brasil. "Vocês, que estão aqui concorrendo ao Prêmio ANA, nos ajudam muito na dimensão de fortalecer essa temática [de recursos hídricos] junto à sociedade brasileira", destacou.

A Caixa Econômica Federal é a patrocinadora exclusiva do Prêmio ANA e a Rede Brasil de Organismos de Bacias Hidrográficas (REBOB) apoia o evento.

SELEÇÃO

Para cada uma das categorias, a Comissão Julgadora selecionou três iniciativas finalistas e, entre elas, uma vencedora. O grupo foi composto de membros externos à Agência e com notório saber sobre recursos hídricos, meio ambiente ou Jornalismo. Os critérios de avaliação foram: efetividade; potencial de difusão/replicação; adesão social; originalidade; impactos social, cultural e ambiental; e sustentabilidade financeira (quando aplicável). Apenas a categoria Imprensa contou com critérios específicos.

HISTÓRICO

Em sua primeira edição, em 2006, o Prêmio ANA teve três temas em disputa: "Gestão de Recursos Hídricos", "Uso Racional de Recursos Hídricos" e "Água para a Vida". À época, 284 trabalhos se inscreveram. Na segunda edição, em 2008, o tema foi único: "Conservação e Uso Racional da Água". Na ocasião, participaram 272 iniciativas em seis categorias. Em 2010, houve 286 trabalhos inscritos no tema "Água: o Desafio do Desenvolvimento Sustentável" em sete categorias. Na última edição, em 2012, as oito categorias contaram com a participação de 363 trabalhos.

São Paulo é o estado com maior número de vencedores do Prêmio ANA: seis. Também já ganharam a premiação: Minas Gerais (3), Paraná (3), Pernambuco (3), Rio Grande do Sul (3), Ceará (2), Rio de Janeiro (2), Sergipe (2), Goiás (1), Mato Grosso (1), Mato Grosso do Sul (1), Pará (1), Paraíba (1), Rio Grande do Norte (1) e Santa Catarina (1). Saiba mais sobre os vencedores e os finalistas do Prêmio ANA em: http://premio.ana.gov.br/Edicao/2014/projetos.aspx.

Brasileiro é destaque em Harvard com projeto para incentivar negócios entre Brasil e EUA

Um plano que facilita a internacionalização de empresas e investidores brasileiros de pequeno e médio porte sai na frente e se destaca

Conectar mercados, investimentos, oportunidades e recursos certos para incentivar a geração de negócios entre Brasil e Estados Unidos, essa é a linha central do projeto Boston International Gateway concebido e apresentado pelo brasileiro Manuel Mendes, na cadeira de Empreendedorismo e Inovação da Universidade de Harvard, sob a coordenação do professor titular e ex-sócio da Ernest & Young, James C. Fitchett.

Manuel identificou a enorme demanda de negócios entre Brasil e Estados Unidos por meio de sua atuação profissional. Sócio da Drummond, empresa especializada em consultoria internacional para empresas brasileiras e americanas fazendo negócios nos dois países, Manuel vê em seu dia-a-dia profissional a necessidade de empreendedores brasileiros planejarem adequadamente a sua expansão internacional.

O plano de negócios foi destacado pela banca examinadora levando-se em consideração o seu impacto socioeconômico, a articulação criativa para uma solução completa visando atender um segmento de empresas e empreendedores ainda sem consultoria profissional, e pelo fato de ter atraído interesse real de parceiros e clientes antes mesmo do seu lançamento.

O desenvolvimento do projeto levou em conta diversas ferramentas de inovação e estratégia, tais como *Design Thinking* e *Business Model Canvas*. Também se utilizou de diversos estudos de casos de empresas inovadoras como Apple, Amazon, Cirque du Soleil, Netflix, Starbucks e WalMart.

"No *Design Thinking*, a ideia do produto ou serviço considera as pessoas, seus comportamentos e experiência de consumo como os eixos da questão, potencializando soluções inéditas. E o *Business Model Canvas* é uma ferramenta de estratégia e modelagem de negócios que ajuda a conceber planos de forma mais robusta e assertiva", explica Manuel Mendes.

Na visão de Manuel, o processo de internacionalização vai além do fato corriqueiro de abrir uma empresa ou adquirir ativos de forma isolada no exterior, variando desde a busca por conhecimento, segurança e melhor qualidade de vida, no caso das pessoas físicas, até a manutenção da competitividade e busca por novas oportunidades, no caso das empresas.

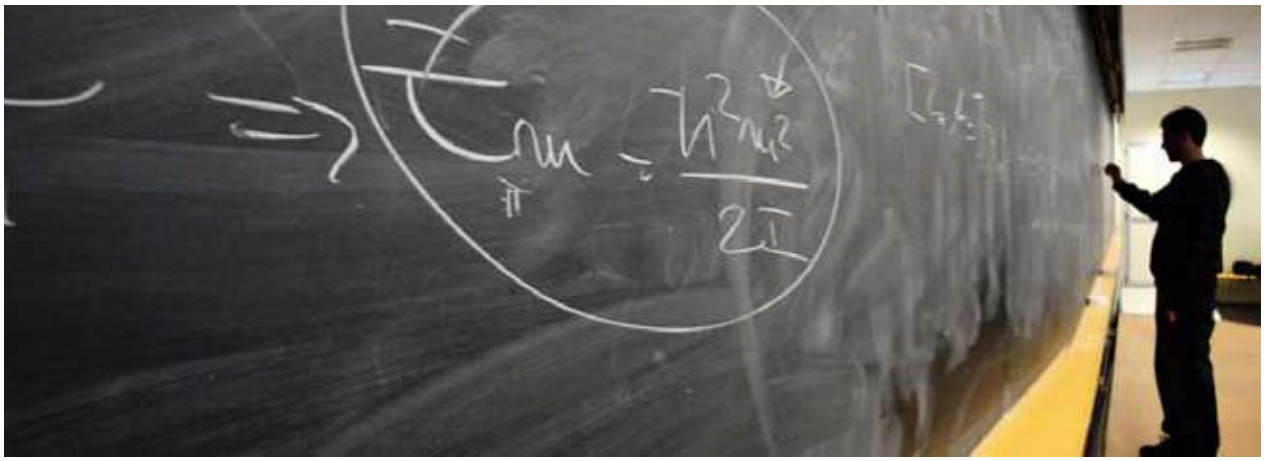
O especialista ressaltou ainda a importância da expansão do conhecimento de executivos e investidores sobre as tendências e oportunidades, o potencial de novos negócios em torno do mercado de franquias, e as janelas de oportunidades para comercialização de produtos brasileiros no exterior, principalmente com a apreciação do dólar.

Como próximos passos, Manuel Mendes pretende organizar uma série de workshops pelo Brasil com o apoio de especialistas de diversas áreas, para promover a troca de conhecimentos e esclarecer empresários e investidores sobre as tendências e oportunidades no mercado externo.

Manuel Mendes é sócio da Drummond, empresa de consultoria internacional

Empresas devem investir na economia tributária em 2015

*Márcia Regina da Silva**



De acordo com a Receita Federal, em 2013, a Carga Tributária Bruta (CTB) atingiu 35,95%, contra 35,86% em 2012. Os números de 2014 ainda não foram revelados, mas a tendência é que o crescimento seja ainda maior.

O Brasil está na 13ª posição entre os países com maior carga tributária da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Em primeiro, ficou com a Dinamarca, com carga tributária da ordem de 48% do PIB, seguida por França com 45,3%; Itália com 44,4%; Estados Unidos ocupa a 25ª posição, com percentual de 24,30%.

O planejamento tributário é imprescindível para qualquer empresa. O Brasil possui atualmente uma das mais altas cargas tributárias do mundo e uma legislação tributária burocrática e confusa, nas três esferas de Governo (federal, estadual e municipal) com obrigações acessórias complexas e muitas vezes desnecessárias.

A reorganização tributária é fundamental para as empresas, que devem se preparar para um 2015 nebuloso na área econômica. Contadores e advogados tributaristas serão os grandes parceiros dos empresários, apontando os meios administrativos e jurídicos que a empresa necessita para se planejar, societária e contabilmente, aproveitamento e aplicando incentivos fiscais, gerando economia tributária e possibilitando que esses proveitos econômicos, possam ser revertidos em benfeitorias para a organização.

Como por exemplo, optando por um arrendamento mercantil, substituindo a compra de bens para seu ativo imobilizado ou utilizando-se de impostos pagos a maior ou indevidamente no passado para compensar valores de impostos futuros.

Sendo o objetivo principal do planejamento tributário, a economia tributária para a empresa, em que o contribuinte tem o direito de reorganizar seu negócio da melhor forma possível, visa a diminuição dos custos diretos e indiretos do seu empreendimento, principalmente os relacionados a impostos.

Vale refletir neste momento sobre um pensamento nobre de Albert Einstein: "A coisa mais difícil de entender no mundo são os impostos". Além de pesada, a tributação no Brasil é também complexa e injusta. E para não sofrer com as penalizações impostas por débitos tributários, o empresário deve atuar de imediato no planejamento tributário e na possível redução de custos.

** Contadora do escritório AAG – A. Augusto Grellert Advogados Associados.*

Nissan anuncia produção de moderno motor de três cilindros e 1,0 litro na Fábrica de Motores do Complexo Industrial de Resende (RJ)

▲ Projeto recebeu investimento de R$ 100 milhões

▲ Propulsor vai equipar novo carro produzido na unidade industrial: o Nissan New Versa

▲ Geração de 25 novos empregos diretos

Durante visita de trabalho à sede da Nissan do Brasil, no centro da cidade do Rio de Janeiro (RJ), Carlos Ghosn, Presidente Mundial e CEO da Nissan Motor Co. Ltd., anunciou que a empresa começará no início de 2015 a produção de um novo e moderno motor de três cilindros e 1,0 litro na Fábrica de Motores que integra o Complexo Industrial de Resende, no Estado do Rio de Janeiro. Para fabricar o novo propulsor no país, a empresa está investindo R$ 100 milhões.

O novo motor de três cilindros e 1,0 litro dividirá a mesma linha de montagem do propulsor de quatro cilindros e 1,6 litro, em produção na fábrica da Nissan em Resende desde sua inauguração, em abril do ano passado – quando entrou em operação todo o Complexo Industrial da empresa. Para fabricá-lo, já foram contratados mais 25 profissionais, que se somam aos cerca de 200 funcionários que compõem a equipe de produção da unidade industrial de motores.

"A produção do novo motor de três cilindros no Brasil demonstra a determinação da Nissan em ampliar sua presença no país, com produtos modernos e inovadores fabricados localmente. Assim, também, aumentamos o índice de integração local dos componentes e deixamos nossos automóveis ainda mais competitivos", afirma Ghosn.

O motor de três cilindros e 1,0 litro desenvolve 77 cv de potência e 10 kgfm de torque, tanto com gasolina como com etanol. Ele equipará o novo carro que começa agora em janeiro a ser produzido no Complexo Industrial de Resende: o sedã Nissan New Versa – que dividirá as linhas de produção com o Nissan New March e o March Active. Com bloco de alumínio, 4 válvulas por cilindro e avançados recursos tecnológicos, este novo motor da Nissan é um dos propulsores com melhor eficiência energética de sua categoria no Brasil, aliando desempenho e baixas emissões de CO_2.

Fábrica de Motores de Resende

A Fábrica de Motores de Resende integra o Complexo Industrial da Nissan na cidade da região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro. A unidade tem capacidade de produzir até 200.000 motores por ano e segue os fortes conceitos de sustentabilidade aplicados na construção e na elaboração dos processos produtivos do complexo. A linha de montagem, por exemplo, adota equipamentos elétricos de última geração, o que contribui para o bem-estar dos operadores, e sem riscos de vazamento de óleo, deixando assim a operação menos nociva ao meio ambiente.

Por produzir equipamentos de alta precisão técnica, a fabricação de motores ainda tem reforçada a área de

controle de qualidade. Na linha de montagem há quatro portais de verificação de qualidade de componentes. O teste final de funcionamento é realizado em 100% dos motores produzidos na fábrica de Resende e também todos passam por testes de emissão de CO2, em vez de por amostragem, como é comumente realizado por outras empresas do setor. Tudo para garantir a qualidade de funcionamento dos motores brasileiros.

A produção local de motores faz parte do projeto de polo completo adotado no Complexo Industrial da Nissan em Resende. Com um total de investimentos de R$ 2,6 bilhões (US$ 1,5 bilhão), o complexo brasileiro tem um ciclo que vai da área de estamparia até as pistas de testes, incluindo chaparia, pintura, injeção e pintura de plásticos, montagem, fabricação de motores e inspeção de qualidade.

A Nissan está no Brasil desde 2000 e opera hoje com 164 lojas em todo o País. Produzindo em São José dos Pinhais, no Paraná, desde 2002, a Nissan investiu R$ 2,6 bilhões na construção de seu próprio Complexo Industrial, em Resende, no estado do Rio de Janeiro.

A Nissan do Brasil também é patrocinador oficial dos Jogos Olímpicos Rio 2016™ e dos Jogos Paralímpicos Rio 2016™. A parceria contempla o fornecimento de cerca de 4.500 veículos de diversos tipos que irão atender às necessidades dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016™ e do Time Brasil. Esta frota priorizará energia limpa (etanol ou eletricidade), apoiando os esforços do Comitê Organizador Rio 2016™ para atingir as metas de sustentabilidade dos Jogos e reforçando o comprometimento da Nissan com o país.

Pioneira no conceito de mobilidade com zero emissão, a Nissan fez história ao lançar o Nissan LEAF, o primeiro veículo 100% elétrico acessível e desenvolvido para o mercado de massa, vencedor de vários reconhecimentos internacionais, como o prestigiado prêmio Carro do Ano 2011/2012 no Japão e o prêmio World Car of The Year.

ANTES DE INVESTIR CONSULTE-NOS

AstroBrasil® Finanças, há mais de 20 anos auxiliando investidores, empresários e executivos na tomada de decisões em planejamento, recursos humanos, finanças e administração.

Nossa atuação diferencia-se pela utilização de técnicas astrológicas aliadas aos conhecimentos de administração, que propiciam uma abordagem única e abrangente.

ASTROBRASIL®

Uma Nova Perspectiva nas Decisões Planejamento, Negócios e Investimentos.

www.astrobrasil.com.br

email: mauricio@astrobrasil.com.br

tel: (11) 5083-0260

O Brasil e a corrupção

*Rubens Barbosa**

Em um regime democrático como o brasileiro espera-se que o papel do Executivo no combate à corrupção não seja utilizado apenas para empunhar a bandeira da moralidade.

O novo presidente da China, Xi Jiping, com o objetivo de restaurar a autoridade moral do Partido Comunista, colocou o combate à corrupção como peça central das reformas políticas que prometeu. Afirmou que o governo combaterá a corrupção firmemente e que punirá "moscas e tigres", ou seja, corruptos de todos os escalões. Os donos do poder perceberam que, sem uma reação pública das lideranças, a corrupção endêmica poderia acarretar danos ao partido e ao Estado.

É importante chamar a atenção para a maneira como o presidente chinês está atuando no combate à corrupção em primeiro lugar, para demonstrar que a existência de um partido hegemônico, controlando as empresas públicas e as rédeas do governo, sem adequada fiscalização por parte da oposição e dos órgãos de controle existentes, leva a um grau inimaginável de corrupção.

A liderança do presidente chinês tem obviamente a motivação política de reforçar o próprio poder e de fortalecer um PCC desgastado pela corrupção crescente. Isso prova também que uma decisão como essa só pode vir de cima quando, dentro da máquina do Estado, não há instituições independentes para apurar, julgar e punir os corruptos.

Questionada sobre o escândalo da Petrobras, a presidente Dilma disse que vai se empenhar na investigação "doa a quem doer". "Quero todas as questões relativas a esse e a todas as outras investigações sobre corrupção às claras." Nem no julgamento do mensalão, nem no escândalo da Petrobras, a iniciativa de apuração veio da Presidência. Por 12 anos, o PT jamais se preocupou - bem ao contrário - com a corrupção, identificada pela Polícia Federal (PF), pelo Ministério Público (MP) e eventualmente punida pelo Judiciário, que não dependem dos presidentes.

A decisão do Departamento da Justiça e da SEC (equivalente à CVM) nos EUA e das autoridades holandesas de apurar a corrupção na Petrobras introduz agora uma dimensão internacional ao escândalo, com garantia de plena apuração dos fatos e condenação dos envolvidos, como é regra nesses países.

Vamos esperar que, a exemplo de Xi Jiping, a presidente possa, dentro da lei, apoiar e facilitar a adoção de medidas punitivas como as tomadas na China, no caso de ficar comprovado que membros do PT e de outros partidos da base aliada estiveram de fato envolvidos nos escândalos da Petrobras.

Em um regime democrático como o brasileiro, diferente do autoritário chinês, espera-se que o papel do Executivo no combate à corrupção não seja utilizado apenas para empunhar a bandeira da moralidade e fingir um resgate da credibilidade e da lisura do governo, do PT e de sua principal base de apoio. Tudo o que está vindo a público nas delações premiadas deve ser cabalmente apurado, e os corruptos, punidos exemplarmente em nome do interesse público, não do partidário.

A oposição tem um papel indelegável de acompanhamento e de fiscalização em todos os passos do processo de apuração no caso da Petrobras iniciados e levados adiante pela Justiça do Paraná, pela PF e pelo MP.

Esse artigo foi publicado no jornal O Globo no dia 25/11/2014

** Presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior (Coscex) da Fiesp.*

Novas regras do IR da pessoa jurídica e de contribuições sobre lucro líquido

*Ivo Avelar**

Polêmicas à parte, foi publicada no último dia 26 de novembro a Instrução Normativa RFB n° 1.515 que dispõe sobre a determinação e o pagamento do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro e ainda disciplina o tratamento tributário das contribuições ao PIS/Pasep e à COFINS, relativamente às alterações introduzidas pela Lei n° 12.973/2014.

Nessa nova regra a Receita Federal relembra ao contribuinte que o IRPJ e a CSLL devem ser apurados, via de regra, trimestralmente. Entretanto, à opção da pessoa jurídica o imposto poderá ser pago sobre base de cálculo estimada, com a possibilidade de suspender ou reduzir o pagamento desde que o faça por meio de balanços ou balancetes.

São ainda relembradas as regras a serem adotadas no que se refere às Perdas no Recebimento de Crédito, aos Juros sobre o Capital Próprio, à Depreciação de Bens do Ativo Imobilizado, às Despesas Pré-Operacionais ou Pré-Industriais, ao Custo dos Empréstimos, ao Arrendamento Mercantil, às Participações em Coligadas e Controladas, à Tributação com Base no Lucros Presumido e Arbitrado e vários outros.

Importante observar que ainda estão presentes na Instrução Normativa procedimentos a serem adotados relativos à AVJ - Avaliação a Valor Justo e ao AVP - Ajuste a Valor Presente, figuras não muito conhecidas nem tampouco praticadas pelas empresas e que estão contidos em Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade, emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, criado pela Resolução CFC n° 1.055/2005.

Considerando a complexidade da norma e dando o Fisco uma de "bonzinho", anexos à IN são divulgados exemplos de contabilização e de utilização de subcontas na adoção inicial à Lei n° 12.973/2014 e de Ajuste a Valor Presente e Avaliação a Valor Justo, além de exemplos relativos à Aquisição de Participação Societária em Estágios e Contratos de Concessão de Serviços Públicos.

Há de se ressaltar que o Fisco parte da premissa de que todas as pessoas jurídicas adotam as novas regras contábeis, nos padrões internacionais, introduzidas no Brasil pela Lei n° 11.638/2007 e pela Lei n° 11.941/2009.

Um ponto que chama a atenção é quantidade de vezes em que é mencionado que o Lucro Líquido da pessoa jurídica é apurado com observância das Leis Comerciais, dentre as quais a mais importante é a Lei n° 6.404/1976, também conhecida como Lei das S.A.

Isso significa, entendemos, que nos termos do artigo 47 da Lei n° 8.981/1995, a pessoa jurídica poderá ter seu lucro arbitrado pela Receita caso não mantenha escrituração na forma das leis comerciais e fiscais ou deixem de elaborar demonstrações financeiras exigidas pela lei fiscal.

Dessa forma, é de extrema importância que a contabilidade das pessoas jurídicas esteja em consonância com as leis comerciais e fiscais evitando futuras "surpresas" emanadas do Fisco.

** Advogado, consultor do escritório Andrade Silva Advogados.*

Confiança do pequeno empresário para o início de 2015 recua e atinge 58,9 pontos

O Centro de Pesquisas em Estratégia do Insper, com apoio do Santander, divulga o Índice de Confiança do Empresário de Pequenos e Médios Negócios no Brasil (IC-PMN), referente ao período de janeiro a março de 2015. O indicador somou 58,9 pontos, representando um recuo de 7,18% em comparação aos 63,4 pontos do quarto trimestre de 2014.

Após uma breve estabilização no período de outubro a dezembro, o IC-PMN voltou a cair na comparação com o trimestre imediatamente anterior. O professor e pesquisador do Insper Gino Olivares destaca que a piora no período foi puxada pela confiança do empresário da indústria, com uma retração de 8,5%, para 58,4 pontos. "Assim como na pesquisa anterior, a indústria apresentou o pior resultado, registrando neste trimestre o desempenho mais baixo da série histórica", afirma.

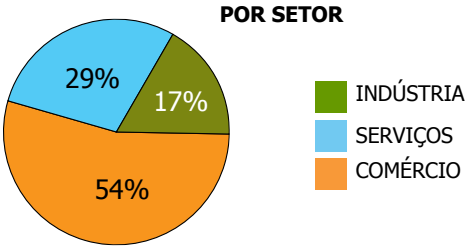
Os demais setores também tiveram queda no índice para o primeiro trimestre em comparação ao quarto trimestre. No comércio, o IC-PMN atingiu 58,3 pontos, uma diminuição no período de 7,1%, enquanto os pequenos e médios empresários do setor de serviço apontaram uma retração de 6,4% no indicador, para 60,3 pontos.

De acordo com o levantamento, entre os quesitos avaliados, o pior desempenho ficou por conta das expectativas em relação à economia brasileira para o primeiro trimestre, com uma queda de 10,2% em comparação ao quarto trimestre, para 51,6 pontos. Em termos de perspectivas quanto ao faturamento, o índice registrou retração de 8,8%, para 64,7 pontos. O quesito intenção em realizar investimentos teve a menor queda no período (-4,8%), com 57,5 pontos.

A avaliação do IC-PMN por regiões do País aponta o Centro-Oeste e o Nordeste, com quedas respectivamente de 15,8% (56,3 pontos) e 11,6% (57,9 pontos), como as de pior desempenho. "A magnitude dos resultados foi diversa, porém todas as regiões registraram queda", afirma Olivares. Segundo ele, o otimismo acima da média dos empresários do Centro-Oeste, das últimas pesquisas, não se manteve para os primeiros meses de 2015.

A região Sul ficou com a terceira maior retração no índice, com um recuo de 9,8% para 56,4 pontos, seguido pelo Norte (-5,7%, para 63,7 pontos) e Sudeste (-3,3%, para 60,2 pontos). De acordo com a pesquisa, os índices das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste apresentaram os mais baixos níveis da série histórica do IC-PMN, iniciada no primeiro trimestre de 2009.

Os dados foram obtidos por meio de entrevistas telefônicas com 1.318 pequenos e médios empresários de todo o país, dos setores da indústria, comércio e serviços. A margem de erro do índice é de 3,85%, para mais ou para menos, com um nível de confiança de 95%.



O IC-PMN mede a confiança do empresário de pequenos e médios negócios (com faturamento até R$ 80MM) na economia brasileira. O índice reflete as perspectivas deste grupo com relação ao futuro da economia, do seu setor e do seu próprio negócio. Trimestral e único no país, o indicador foi lançado em novembro de 2008 e é organizado pelo Centro de Pesquisas em Estratégia do aInsper com o apoio do Santander. Os empresários respondem questões obedecendo a uma escala de 0 a 100 pontos, onde 100 representa o nível máximo de confiança.

A nº 1 brasileira de auditoria independente conta com 375 escritórios em 80 países. **FAÇA SUA ESCOLHA.**

Lopes, Machado
Auditors, Consultants & Business Advisers
24 anos

Independent Member of
BKR
International

novosnegocios@bkr-lopesmachado.com.br

55 21 2156-5800

www.lopesmachado.com

Siga-nos:

Credibilidade é a nossa marca. Fator que coloca a BKR entre as maiores empresas de auditoria e consultoria do mundo.

Auditoria | Compliance | Consultoria em Fusões e Aquisições | Consultoria Trabalhista e Previdenciária | Consultoria Tributária | Due Diligence

Baixo crescimento da economia não deve afetar interesse de fundos em 2015

Executivo de negócios lembra, no entanto, que os investimentos estão mais elásticos e os fundamentos para empresas receberem aportes, mais difíceis

Baseado em sua experiência na intermediação de negócios entre empresas de médio porte e fundos de investimentos, o empresário Rodrigo Bertozzi está otimista quanto à manutenção e até mesmo ao crescimento do interesse de investidores nacionais e estrangeiros em médias e grandes empresas brasileiras.

Relatórios da B2L Investimentos S.A., empresa da qual Bertozzi é fundador e CEO, mostram a evolução nos negócios comandados por seus 47 sócios junto a empresas e investidores em todo o Brasil. O destaque fica para os estados de Mato Grosso do Sul, Goiás, Paraná, São Paulo, Espírito Santo e Piauí.

"Lembro que no passado, 20 anos atrás, antes da estabilidade trazida pelo Plano Real, o capital era volátil; entrava e saía sem expectativas de ficar. Hoje, apesar da crise de confiança na economia, os fundos pensam em ficar em média sete anos para ter o payback em retorno de três vezes ou mais do investimento. Neste momento, a avaliação do mercado de capitais é positiva e eu também aposto que teremos mais fundos soberanos (recursos de países) vindo para o Brasil em 2015 e 2016", sinaliza Bertozzi.

Os setores que vêm se tornando mais promissores para atuação dos fundos, nos negócios conduzidos pela B2L, são os da construção (especialmente loteamentos para classes de menor poder aquisitivo e também para a faixa de renda A e AA); logística; varejo farmacêutico; varejo de eletrodomésticos e refeições coletivas. Atualmente, a B2L tem em carteira, negócios que somam R$ 2.273.491.316,49.

"Nossas previsões apontam para investimentos e negócios em áreas como portos particulares para apoiar o escoamento da produção da indústria e também da safra e safrinha agrícola de 2015. A logística permanece sendo o grande desafio e com ótimas oportunidades. O setor educacional segue em consolidação, comandado pela Kroyon Anhanguera e grupos regionais buscando sócios investidores para expandir e defender o mercado regional", informa o CEO da B2L.

Levantamento do Centro de Estudos de Private Equity e Venture Capital da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (SP) reforça a expectativa positiva de Rodrigo Bertozzi, um empresário do Paraná. De acordo com a pesquisa, os fundos de private equity (fundos que compram ações de grandes empresas) e de venture capital (que investem em empresas iniciantes) injetaram cerca de US$ 7,6 bilhões no país ao ano, entre 2010 e 2013. Este valor

> *Nosso estudo aponta que a indústria de* **private equity** *está em plenas condições de ajudar o Brasil a voltar a crescer"*

investido é o dobro do volume aportado no Brasil nos três anos anteriores ao período analisado. Além disso, os autores da pesquisa projetam um aumento de 15% a 20% ao ano do capital comprometido da indústria de private equity e venture capital no país. Para o professor da FGV Cláudio Furtado, o desempenho dessa modalidade de investimento se descolou dos dados econômicos e deve permanecer dessa forma. "Nosso estudo aponta que a indústria de private equity está em plenas condições de ajudar o Brasil a voltar a crescer".

O empresário Rodrigo Bertozzi também destaca que a Operação Lava Jato deve mexer com o quadro de investimentos na área de infraestrutura.

"Na infraestrutura, onde a Operação Lava Jato entrou de frente nas gigantes do setor, podemos pensar em dois vetores: ou as grandes obras e investimentos permanecem com as grandes empresas ou haverá espaço para que novas empresas surjam nessa brecha de oportunidades. À princípio temos analisado e pesquisado as empresas terceirizadas que podem ter bons ativos e, por conta da crise, vão necessitar se reinventar. O mesmo vale para a cadeia de gás e óleo; ou seja, ter participação de fundos é bom para adquirir controles acionários e dar fôlego a estes negócios".

Mas a crise de confiança na economia brasileira já causa transtornos. Os ciclos de negociação dos fundos private equity, que investem em participações de companhias no Brasil, estão mais longos, com o nível de detalhamento cada vez mais profundo e análises mais demoradas. No primeiro semestre de 2014, por exemplo, fundos de private equity e venture capital fecharam 74 operações de aquisição de empresas no Brasil, enquanto que nos seis primeiros meses de 2013 foram concluídas 115 transações, de acordo com dados da consultoria TTR.

"Particularmente não gosto da ideia de somente olharmos o Brasil como um todo, mas sim de vermos o reforço em investimentos em cidades menores, a maioria no interior – também uma novidade recente (de 15 anos para cá) –onde se aposta em uma região/município que terá um alto crescimento, como aconteceu em Vitória (ES), Paraupepas (PA), Jaraguá do Sul (SC), Rondonópolis (MT), Imperatriz (MA)e agora na fronteira agrícola de MAPITOBA (Maranhão/Piauí/Tocantins/Bahia), só para citar algumas", analisa Bertozzi.

O empresário destaca que os fundos de investimento ainda têm muito a prospectar no Brasil e é aí que entra o trabalho da B2L.

"Os investimentos estão mais elásticos e os fundamentos para receber os aportes mais difíceis, mas a sinalização do mercado de capital é positiva para 2015. Também estou otimista. O crescimento do interior vem avançando em vários municípios, o que torna as empresas locais/regionais – com perfil quase sempre familiar – visíveis e alvo de produtos financeiros a que antes não tinham acesso. Elas entram no radar dos fundos de investimentos. Por isso, a importância da atuação dos sócios da B2L nesse processo. Nossa busca incansável pelo Brasil é provar que o médio empresário de qualquer região pode expandir seu negócio em parceria com investidores, sem endividamento de curto prazo, e ambicionar tornar-se um grande consolidador do mercado no qual atua", conclui Bertozzi.

BECO DAS GARRAFAS

O nome Beco das Garrafas, nome dado a uma ruazinha sem saída de Copacabana, que se tornou o berço da Bossa Nova nos anos 60, voltou no ano passado com os bares Little Club e Bottles. Vale a pena ir, pois o lugar anda animado com ótimos shows e grandes nomes da música brasileira. A idéia dessa volta, foi da produtora Amanda Bravo (filha do compositor e violinista Durval Ferreira), e do empresário Sérgio De Martino. A Heinecken ajudou a revitalizar o lugar. Grandes músicos e as maiores vozes do Brasil, passaram pelo Beco das Garrafas. Elis Regina, fez ali o primeiro show, quando chegou ao Rio, vinda de Porto Alegre.

HERTARPE

A Hertarpe com 70 anos de atuação no mercado de saúde animal, com a linha para todos segmentos (produtos biológicos e farmacêuticos de bovinos, equinos, PET, suíno e aves) e líder no segmento de equinos recomprou em dezembro de 2014, a participação da espanhola Calier, que há 10 anos, compunha 50% da companhia.

Enquanto o setor cresce cerca de 8%, o ritmo da companhia é, em média, 25% ao ano. A Hertape volta a ser 100% nacional.

A participação da Hertape no mercado, em 2004, era de 1,1% e agora de 4,9%. Há 11 anos, o faturamento atingia R$ 20 milhões, hoje soma R$ 195 milhões. A Hertape pretende investir ainda cerca de R$ 30 milhões em 2015, valor médio dos últimos anos.

"Foi uma parceria fundamental e que nos trouxe inúmeros benefícios. Ganhamos confiança para lançar dezenas de produtos. Mas agora, avaliamos que queríamos retomar 100% do controle da empresa por acreditarmos demais na nossa companhia e no país, no setor de agropecuária", afirma o presidente da empresa Ricardo Renault.

BOVESPA

Quem decidiu investir na Bovespa no final de 2014, se deu melhor se comprou ações de empresas estrangeiras negociadas na Bolsa brasileira. Em média, elas subiram 10% desde outubro e os destaques foram os papéis da bandeira brasileira de cartões Visa e da companhia de biotecnologia Amgen.

O segundo lugar é do segmento consumo.

FLORIANÓPOLIS

Segundo a Revista Exame através de estudo da ONG Endeavor, que mostra as capitais brasileiras que oferecem as melhores condições às empresas com alto potencial de consumo, ganhou Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina.

As cidades representativas no PIB total brasileiro, receberam notas com base em 49 indicadores que mediram: ambiente regulatório, infraestrutura, mercado e acesso a capital, capital humano, inovação e cultura empreendedora.

NÃO ENFRENTE FILAS

VISITE O
CORCOVADO
COM CONFORTO
E SEGURANÇA

Garanta seu bilhete
com hora marcada!

corcovado.com.br

IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA

Turismo é a principal fonte integradora para o desenvolvimento do Brasil

*Henrique Mol**

A história econômica no Brasil é marcada por mudanças e reviravoltas. Anteriormente era demarcada pelo primário desenvolvimento, conduzido pelo agronegócio, a exemplo do que ocorreu nos anos 1960. Hoje podemos estar diante de um novo ciclo: o turismo será a nova fronteira de desenvolvimento do país. No entanto, para que isso seja realidade, alguns gargalos precisam ser sanados, principalmente no que tange à infraestrutura interna e à promoção da marca Brasil.

A Copa do Mundo e as Olimpíadas de 2016 dão sinais que o Brasil tem, sim, a capacidade de protagonizar um crescimento dinâmico e acelerado, que integre as regiões. Este foi um ano de grandes acontecimentos, com a Copa do Mundo e a corrida presidencial. Na esteira desse processo, uma história que não admite retrocesso e se desenrola num atropelo de trajetórias que serão essenciais ao futuro do nosso país.

Durante a Copa, medidas como a facilitação dos vistos, o aumento de novos voos internacionais para o Brasil e a melhora nos aeroportos foram pontos importantes para atrair os turistas, e permanecem como legado do turismo para os próximos anos. O Brasil já figura em sexto lugar entre as economias do turismo no mundo, ao lado das grandes potências mundiais, como EUA e China. O impacto do turismo na economia do País deverá alcançar 9,5% do PIB (cerca de R$ 466,6 bilhões) neste ano, um acréscimo de 5,2% em relação aos números de 2013 - percentual bem superior à média mundial, que será de 2,5%.

A corrida dos presidenciáveis também trouxe marcas da importância do turismo para o crescimento da economia interna. Eymael, então candidato à presidência, embora de pouca representatividade no embate, assinalou um novo discurso. O candidato declarou acreditar fundamentalmente no turismo como maior gerador de empregos e como maior instrumento de desenvolvimento econômico.

A esse respeito, destacou uma série de medidas que alavancariam o setor, como um sistema tributário adequado, um sistema de metas, a propaganda no exterior da costa brasileira e outros cenários de turismo no nosso País, além de medidas voltadas a sanar as deficiências que temos em termos de infraestrutura em hidrovias, portos, aeroportos e na área de energia.

A essas medidas, acrescento algumas de teor mais técnico, como a diminuição do preço do querosene, 20% acima do resto do mundo, que, conforme aponta o presidente da Abear - Associação Barsileira das Empresas Aereas, Eduardo Sanovicz, impacta a capacidade de rentabilidade do setor aéreo e a competitividade frente ao mercado internacional.

Além disso, é preciso valorizar a marca Brasil, divulgando os destinos turísticos mais periféricos, a fim de promover um desenvolvimento integrado das regiões que não ecoe o que se deu outrora com a separação entre "este e aquele" Brasil, entre Nordeste e Sudeste. Isso se dará pela inserção de outros setores da economia no turismo, como as produções artesanais locais, as danças e comidas regionais e o ecoturismo.

Acredito que essa seja a via para um desenvolvimento mais democrático, dada a capacidade de ramificação da cadeia produtiva do setor de turismo, que incluem geração de empregos diretos e indiretos, investimentos com a construção de novos empreendimentos, saneamento, transporte, agências de viagens, companhias aéreas e muitos outros. O turismo tem o poder e a missão de integrar e desenvolver o Brasil.

** Especialista em turismo e sócio-fundador da Encontre Sua Viagem, franquia de turismo.*

Uma lupa sobre as contas públicas

Se por um lado os últimos escândalos financeiros do país revelaram o quão venal é o nosso sistema político, por outro lado eles têm servido para intensificar uma luta que embora difícil, torna-se cada vez mais urgente: a moralização das contas públicas.

Um dos movimentos em prol dessa causa vem sendo encabeçado pelos tribunais de contas, cujos servidores se ressentem da falta de credibilidade de seu trabalho junto à sociedade. Eles atribuem a má imagem desses órgãos ao fato de a indicação de alguns conselheiros e ministros ser política e não técnica, como deveria ser.

Enquanto não é votada pelo Congresso Nacional a criação do Conselho Nacional dos Tribunais de Contas, que seria o órgão corregedor da classe, situações esdrúxulas acontecem. Como a de um conselheiro de Alagoas, que condenado por homicídio, exercia suas funções de dia e à noite dormia na cadeia.

Um passo na direção do fim desse cenário foi dado em abril do ano passado, quando os servidores do TCU, junto a entidades da sociedade civil, conseguiram impedir que o senador ficha-suja Gim Argello assumisse como Ministro da Corte – já que ele responde a alguns processos no Supremo Tribunal Federal e foi julgado pelo Tribunal de Justiça por improbidade administrativa. Depois disso, outros tribunais de contas de estados começaram a se mobilizar e protestar contra a indicação de conselheiros que não apresentassem uma conduta ilibada. Em Mato Grosso, por exemplo, os Auditores de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado, os Procuradores de Contas, os servidores e a sociedade civil realizaram, em 25 de novembro, um protesto em forma de 'abraço' simbólico ao prédio da instituição.

O Tribunal de Contas é um dos dois grandes modelos de controle externo existentes no mundo - o outro, presente em países anglo-saxões, é a Auditoria Geral. O Tribunal de Contas é adotado em países como Brasil, França e Itália, mas na França e Itália a maioria dos magistrados de contas é de profissionais concursados.

A obrigatoriedade do concurso, aliás, é um dos itens previstos pela PEC 329/13, de autoria do deputado Francisco Praciano (PT-AM), que está sendo analisada na Câmara dos Deputados. A proposta pretende abarcar boa parte das demandas dos servidores dos tribunais de contas e também prevê a fiscalização destes tribunais pelo Conselho Nacional de Justiça, além da uniformização da jurisprudência do TCU para os casos de repercussão geral.

Já a campanha Conselheiro Cidadão é uma iniciativa que visa conscientizar população sobre a fiscalização nas indicações de conselheiros. Desde setembro de 2014, representantes de associações de auditores de Controle Externo e do Ministério Público de Contas têm visitado os estados para promover a campanha e incentivar candidaturas ao cargo de conselheiro por pessoas comprometidas com a efetividade do controle externo e a democratização dos tribunais de contas. Qualquer pessoa entre 35 e 65 anos, que não tenha tido nenhuma condenação por improbidade administrativa, que seja ficha limpa e possua notórios conhecimentos nas áreas de contabilidade, direito, administração e economia pode se candidatar ao cargo.

FISCALIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

A demanda por mudanças também está vindo da sociedade civil. Em dezembro último, a Transparência Internacional e a Amarribo Brasil - organização sem fins lucrativos pioneira no combate à corrupção no país, e que reúne mais de 220 associações de moradores e amigos de cidades brasileiras -, assinaram um Memorando de Entendimento com o Ministério Público Federal. A intenção é criar uma estrutura de proteção às vítimas denunciantes de corrupção. Segundo Leo Torresan, presidente da Amarribo Brasil, 30% das representações da organização já sofreram ameaças, 22% pensaram em desistir por medo às represálias e 70% temem por seus familiares.

Criada em 1999, a Amarribo é a responsável por uma das principais publicações sobre controle social de mandatos executivos municipais, intitulada "O combate à corrupção nas prefeituras do Brasil", que está na quinta edição.

Outro destaque dessa nova cultura de representação política são os Observatórios Sociais. Presente em 15 estados do país e mais de 70 municípios, o objetivo desta organização é prevenir a corrupção, detectando possíveis desvios de dinheiro através da análise dos editais de licitação.

Na metodologia dos Observatórios Sociais, a recomendação é notificar o secretário da área relacionada ao edital ou o prefeito em caso de irregularidades nos editais. Se nada for feito, a notificação deve ser enviada à Câmara dos Vereadores. Caso nenhuma medida seja tomada, a denúncia será, então, direcionada ao Ministério Público (em Curitiba há entendimentos para que as notificações sejam encaminhadas também ao Tribunal de Contas do Estado).

Os resultados do trabalho dos Observatórios Sociais têm se mostrado animadores: só em 2013 o trabalho da instituição propiciou uma economia nada desprezível de R$ 305 milhões aos cofres públicos.

Empresas brasileiras têm mais de US$26 bi em prejuízos por ano devido à perda de dados, segundo estudo da EMC

Com aumento global de 400% em perda de dados, as empresas dizem que continuam despreparadas na nova era de dispositivos móveis, nuvem e big data

DESTAQUES DA PESQUISA:

- Perda de dados e tempo de inatividade custam às empresas brasileiras US$ 26 bilhões;
- Globalmente as empresas perderam, em média, 400%2 mais dados do que nos dois últimos anos (o equivalente a 24 milhões de e-mails3 cada uma);
- 62% dos profissionais de TI do Brasil não confiam integralmente em sua capacidade de recuperar informações após um incidente;
- 61% das organizações não têm plano de recuperação de desastres para cargas de trabalho emergentes4; apenas 4% têm planos para big data, nuvem híbrida e dispositivos móveis;
- Nenhuma das organizações do Brasil são "Líderes" em proteção de dados; 9% são "Adotantes"; 91% estão desatualizadas;
- China, Hong Kong, Holanda, Cingapura e EUA são os mais avançados em proteção; Suíça, Turquia e Emirados Árabes Unidos estão defasados;
- Empresas com três ou mais fornecedores perderam quase cinco vezes mais dados em comparação com as que têm estratégia de um só fornecedor.

A EMC Corporation (NYSE: EMC) anunciou no último mês de dezembro os resultados de um novo estudo global sobre proteção de dados, que revela que a perda de dados e o tempo de inatividade custaram às empresas brasileiras US$ 26 bilhões nos últimos doze meses. Mundialmente, o montante foi de US$ 1,7 trilhão. A perda de dados cresceu perto de 400% desde 2012 mundialmente, enquanto – surpreendentemente – 62% das organizações no Brasil ainda não confiam integralmente em sua capacidade de recuperação após uma interrupção.
O EMC® Global Data Protection Index, realizado pela Vanson Bourne, pesquisou 3.300 responsáveis por decisões de TI de médias a grandes empresas em 24 países.

Impacto da perda de dados e do tempo de inatividade

A boa notícia é que, no geral, o número de incidentes de perda de dados está caindo. No entanto, o volume de dados perdidos em um incidente está crescendo exponencialmente:

- 59% das empresas pesquisadas passaram por perda de dados ou tempo de inatividade nos últimos 12 meses
- Na média, as empresas tiveram 17 horas (mais de dois dias de trabalho) de tempo de inatividade inesperado nos últimos 12 meses
- Outras consequências comerciais das interrupções foram perda de receita (28%) e atrasos no desenvolvimento de produtos (42%)

Nova onda de desafios à proteção de dados

Tendências de negócios como big data, dispositivos móveis e nuvem híbrida criam novos desafios à proteção de dados:

- 61% das empresas não têm planos de recuperação de desastres para nenhum desses ambientes e somente 4% têm planos para todos os três
- Na prática, 55% classificaram o big data, o dispositivo móvel e a nuvem híbrida como "difíceis" de proteger
- Com 34% de todos os dados principais localizados em alguma forma de armazenamento na nuvem, isso pode resultar em uma perda substancial

O PARADOXO DA PROTEÇÃO

A adoção de tecnologias avançadas de proteção de dados reduz, drasticamente, a probabilidade de ocorrer interrupção. Além disso, muitas empresas recorrem a vários fornecedores de TI para resolver seus desafios de proteção de dados. No entanto, enfrentá-los separadamente, em silos, pode aumentar os riscos:

- Empresas que usaram três ou mais fornecedores para solucionar a proteção de dados perderam o quádruplo de dados em relação às que unificaram sua estratégia de proteção de dados com um só fornecedor
- As empresas com três fornecedores também tenderam a gastar, em média, US$ 15 milhões a mais na infraestrutura de proteção de dados, em comparação com as que têm apenas um.

A MATRIZ DA MATURIDADE

Os participantes da pesquisa EMC Data Protection Index ganhavam pontos com base em suas respostas, classificando a maturidade de sua proteção de dados em uma de quatro categorias (ver metodologia para obter mais detalhes):

- A grande maioria das empresas – 91% – se classificou nas duas categorias mais baixas quanto à maturidade da proteção de dados
- Em termos nacionais, 9% se classificaram com o mais alto grau, sendo 9% categorizados como "Adotantes" e nenhuma considerada "Líder"
- A China tem o maior número de empresas no topo (30%), e os Emirados Árabes Unidos têm o menor (0%)
- Nos resultados globais da pesquisa, empresas de grande porte, com mais de 5.000 funcionários, tiveram o dobro da probabilidade (24%) de atingir o mais alto grau do que empresas menores, com 250 a 449 funcionários (12%); empresas nos Estados Unidos e na Holanda foram as mais avançadas fora da região Ásia-Pacífico-Japão (20% e 21%, respectivamente).

METODOLOGIA

Pesquisa realizada independentemente pela Vanson Bourne entre agosto e setembro de 2014. Os participantes são responsáveis por decisões de TI em organizações com mais de 250 funcionários. Houve um total de 3.300 participantes de 24 países. 200 participantes em cada empresa de quatro países (EUA, Reino Unido, França e Alemanha) e 125 participantes em cada empresa de vinte países (Canadá, México, Brasil, Rússia, África do Sul, Turquia, Emirados Árabes Unidos, Itália, Suíça, Holanda, Austrália, Japão, China, Coreia, Índia, Cingapura, Hong Kong, Filipinas, Tailândia e Indonésia).
Para criar a curva de maturidade, os responsáveis por decisões de TI responderam a perguntas específicas relativas à sua experiência, estratégia e infraestrutura de backup e recuperação. Cada seção marcava até 64 pontos para criar uma classificação geral de maturidade. Essa pontuação era então multiplicada por um fator de escala para padronizar a curva e chegar à contagem total de 100 pontos. Feita a pontuação, os responsáveis por decisões de TI foram divididos em quatro segmentos equilibrados, da menor à maior pontuação: Retardatários (com 1 a 25 pontos), Avaliadores (26 a 50 pontos), Adotantes (51 a 75 pontos) e Líderes (76 a 100 pontos).

1. "Empresas" refere-se a organizações que empregam mais de 250 pessoas. Números baseados em dados das empresas obtidos pela Dunn and Bradstreet. Os números representam a estimativa de perda total das empresas nos 24 países cobertos pela pesquisa encomendada pela EMC e realizada pela Vanson Bourne.
2. Números comparativos baseados em pesquisas anteriores da EMC sobre recuperação de desastres
3. A perda média total por empresa é de 2,33 TB. Considera 100 KB como tamanho médio dos e-mails
4. Aqui, "cargas de trabalho emergentes" abrangem nuvem híbrida, big data e dispositivos móveis EMC é marca registrada ou comercial da EMC Corporation nos Estados Unidos e em outros países.

A vantagem de ser auditado

*Guy Almeida Andrade**

Várias empresas pequenas têm sido alvo de aquisição ou assédio por fundos de private equity. O que as torna tão interessantes é o fato de serem criadoras de negócios inovadores, trabalharem em nichos específicos do mercado e apresentarem boas margens, boa presença e ótimo potencial. Para seus fundadores, trata-se de uma excelente oportunidade para colocarem dinheiro no bolso, no caso de uma venda, ou para receberem aporte dos recursos tão necessários para a expansão e a consolidação do negócio.

Ocorre que muitas vezes as negociações são frustradas pela falta de controles robustos e de uma contabilidade que apresente a adequada expressão da situação patrimonial e financeira da empresa, bem como dos resultados realizados.

Essa descoberta costuma surgir nas fases iniciais do processo de due diligence e gera alto grau de incerteza quanto aos riscos que podem ser encontrados. Investidores aceitam risco, mas primeir precisam conhecê-los e quantificá-los para decidir se vão eliminá-los, reduzi-los ou aceitá-los.

Sem uma boa contabilidade e um ambiente de controle adequado, essas informações tornam-se difíceis de serem obtidas e administradas, alimentando o temor de que o negócio não seja viável.

O resultado, no mais das vezes, é uma redução no valor da negociação, que desagrada os proprietários e acaba por inviabilizar a operação.

O ambiente contábil ruim não indica que esses empreendedores sejam maus administradores. Apenas não foram treinados para isso. Aliás, como disse Peter Thiel, cofundador do PayPal e do Palantir, "empreendedores não são sortudos ganhadores da loteria, mas pessoas que possuem uma visão clara do futuro e um bem elaborado plano para chegar lá".

Focados nos seus planos de negócios, na busca de clientes e na solução de problemas que surgem a todo instante, os empreendedores acabam relegando as questões de controles e informações contábeis a planos secundários, preocupando-se tão somente com a adequação da prática fiscal.

Mas problemas poderiam ser evitados se contratassem uma auditoria das suas demonstrações contábeis. A auditoria tem o condão de apontar as fraquezas dos ambientes de controle e de indicar a melhor prática contábil para cada atividade. O diferencial de qualidade observado após o primeiro ano de auditoria é enorme.

A contratação de uma auditoria é um avanço nas melhores práticas e nem sempre representa custos elevados. Além das lideres de mercado, há inúmeras firmas menores, com bons processos e equipes treinadas, acostumadas com o ambiente de controle menos formal das empresas de porte médio e pequeno. Essas firmas têm custos mais baixos, que não comprometem o orçamento das clientes em início de processo.

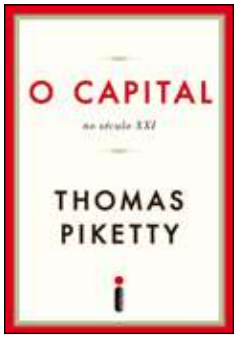
Cada organização enfrenta desafios que dependem de seu tamanho, da complexidade das operações e dos riscos da atividade. É preciso tratá-los com objetividade e senso de realidade, mas garantir como produto final informação de boa qualidade e segurança. Um bom ambiente de controle e informação contábil confiável são fundamentais para a tranquilidade de administradores e investidores.

Não existe desculpa razoável para negligenciar a qualidade das informações contábeis. Nos casos potenciais de venda da empresa ou de aporte de recursos, essa negligência poderá ser fatal.

** Presidente do Conselho de Administração do Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil*

Fenômeno editorial de economista francês chega ao Brasil

Nenhum livro sobre economia publicado nos últimos anos foi capaz de provocar o furor internacional causado por O capital no século XXI, do francês Thomas Piketty, publicado no Brasil pela **Editora Intrínseca**. Seu estudo sobre a concentração de riqueza e a evolução da desigualdade ganhou manchetes nos principais jornais do mundo, gerou discussões nas redes sociais e colheu comentários e elogios de diversos ganhadores do Prêmio Nobel.



Fruto de quinze anos de pesquisas incansáveis, o livro se apoia em dados que remontam ao século XVIII, provenientes de mais de vinte países, para chegar a conclusões explosivas. O crescimento econômico e a difusão do conhecimento impediram que fosse concretizado o cenário apocalíptico previsto por Karl Marx no século XIX. Porém, os registros históricos demonstram que o capitalismo tende a criar um círculo vicioso de desigualdade, pois, no longo prazo, a taxa de retorno sobre os ativos é maior que o ritmo do crescimento econômico, o que se traduz numa concentração cada vez maior da riqueza. Uma situação de desigualdade extrema pode levar a um descontentamento geral e até ameaçar os valores democráticos. Mas Piketty lembra também que a intervenção política já foi capaz de reverter tal quadro no passado e poderá voltar a fazê-lo.

Essa obra, que já se tornou uma referência entre os estudos econômicos, contribui para renovar inteiramente nossa compreensão sobre a dinâmica do capitalismo ao colocar sua contradição fundamental na relação entre o crescimento econômico e o rendimento do capital. O capital no século XXI nos obriga a refletir profundamente sobre as questões mais prementes de nosso tempo.

www.gaiasilvagaede.com.br

GAIA SILVA GAEDE & ASSOCIADOS | ADVOGADOS

Tributário · Societário · Energia · Oil & Gas
Telecomunicações · Financeiro · Econômico

ESCRITÓRIOS

SÃO PAULO, SP
Rua da Quitanda, nº 126
Fone: +55 11 3797-7400
e-mail: gaiasp@gsga.com.br

RIO DE JANEIRO, RJ
Av. Rio Branco, 116 - 9º, 10º e 15º andares
Fone: +55 21 2506-0900
e-mail: gaiarj@gsga.com.br

CURITIBA, PR
Rua Mal. Deodoro, 344 - 14º andar
Fone: +55 41 3304-8800
e-mail: gaiapr@gsga.com.br

BELO HORIZONTE, MG
Avenida do Contorno, 7069
Salas 508 a 512
Fone: +55 31 2511-8060
e-mail: gaiabh@gsga.com.br

BRASÍLIA, DF
SRTVN Quadra 701 Conj.C nr. 124
Ala A Salas 519 e 521
Fone: +55 61 3327-9947
e-mail: gaiadf@gsga.com.br

SÃO PAULO · RIO DE JANEIRO · CURITIBA · BELO HORIZONTE · BRASILIA

ESCRITÓRIOS CORRESPONDENTES: BUENOS AIRES · LIMA · SALT LAKE CITY · MIAMI · NEW YORK

Atentados tornarão processos de controle de entrada mais restritivos e criteriosos

*Sérgio Cacozza**

Desde o atentado de 11 de setembro 2001, os procedimentos de segurança em aeroportos da União Europeia têm sido intensificados. Já não é tão fácil atravessar os aparatos de controle de imigração. A partir dos atentados na cidade de Paris, em janeiro, é muito provável que o Espaço de Livre Circulação Europeu (Zona Schengen) se torne ainda mais restritivo e criterioso.

"A ideia é de que o fluxo de informações entre a Europol e a Interpol se intensifique com a integração de dados e ações, não somente no país de origem do cidadão, mas também em suas movimentações no exterior. Para o brasileiro, por enquanto, a noção de segurança interna muda pouco", explica Sérgio Cacozza, professor de Direito Internacional da Faculdade Santa Marcelina – FASM. "Nós não temos essa vivência de países muito próximos, interagindo e se movimentando em conjunto. Fica tudo muito distante." No entanto, ocorrências envolvendo brasileiros ficam registradas pelas polícias internacionais e, com a comunicação entre diferentes órgãos, a concessão de visto para determinado país pode ser dificultada.

A retaliação aos veículos de comunicação europeus deve continuar. Menos de uma semana após o ataque à revista francesa Charlie Hebdo, o jornal alemão Hamburger Morgenpost teve seu edifício incendiado em 11/12, por ter replicado três charges envolvendo o profeta Maomé.

"O medo do terror não foi e tampouco será minimizado. O encontro convocado no domingo 11 de janeiro, pelo presidente François Hollande, além de reunir autoridades internacionais – como a chanceler Angela Merkel, que confirmou presença de imediato –, agregou, igualmente, políticos e partidos de extrema direita, esquerda e centro", coloca o docente. "Foi interessante, não só pela força política, mas por conta do discurso de unificação da população europeia, que, há tempos, tem havido opositores, os chamados "eurocéticos", explica.

"A postura do líder francês é semelhante àquela que foi adotada por Bush, em 2001, e é mantida por Obama. A violência sofrida durante os ataques, tanto em Paris, como em Hamburgo, é externa, não é inerente à ideia central de construção da União Europeia – fundamento basilar europeu: a dignidade humana e não discriminação. Há um interesse muito forte em unir os cidadãos na luta pela vida e no combate ao terrorismo", destaca Cacozza.

"Quanto às medidas judiciárias, há uma movimentação do parlamento francês para instaurar a pena de morte para o ato de terrorismo. No entanto, os Estados membros devem se posicionar e tal alteração legal é imprescindível um consenso uníssono."

** Professor de Direito Internacional da Faculdade Santa Marcelina – FASM.*

QUEM CONHECE CONFIA

TERCEIRIZE SUA CONTABILIDADE

Experiência, credibilidade

e atendimento personalizado.

O melhor custo e benefício para sua empresa,
desde 1998.

Grupo PPF Brazil

Contadores

Nossos Serviços

- Contabilidade
- Impostos
- Folha de Pagamento
- Controle Patrimonial
- Controle Financeiro
- Peritagem Judicial
- Due-diligence
- Conselho Fiscal
- Reorganização Societária

Escritórios: Barra da Tijuca - Centro - Valqueire

Tel. 55+(21)2224-3794 / 2238 8148 www.ppfbrazil.com.br

Pesquisa da ABCO aponta crescimento no mercado de consultoria de até 20% em 2015

O consultor Luiz Affonso Romano, presidente da ABCO Associação Brasileira de Consultores, assegura que mesmo 2015 sendo um ano difícil para a economia brasileira, os consultores ouvidos, pelo Laboratório da Consultoria, entre agosto e setembro do ano passado , para a atualização da Pesquisa Perfil das Empresas de Consultoria no Brasil, estão otimistas.

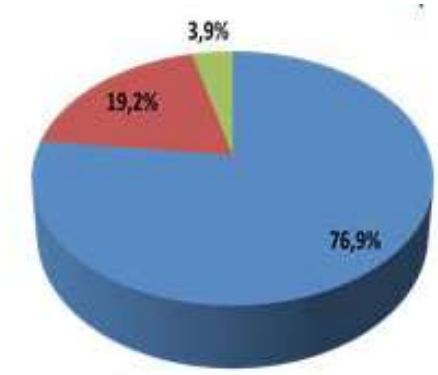
Para aproximadamente 77% dos consultores, o faturamento crescerá em relação a 2014.

O crescimento esperado pelas empresas de consultoria para 2015 encontra-se em torno de 11 a 20%.

Confiam que o crescimento esperado se dará pelo setor de serviços, secundado pelos setores da indústria e do comércio, enquanto que no setor público será de forma conservadora.

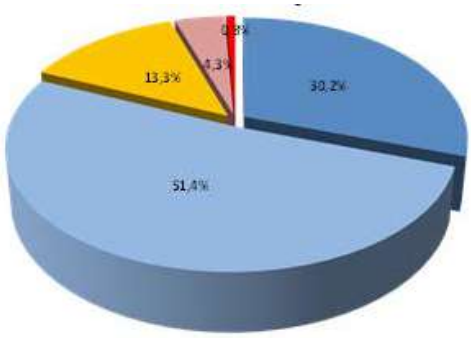
Os consultores ouvidos nessa pesquisa, são mais jovens, frutos de uma geração mais dinâmica, que busca flexibilidade, outra rotina e independência.

Para 2015, a sua expectativa em relação ao faturamento de sua empresa



- Cresça em relação a 2014
- Permaneça estável
- Diminua em relação a 2014

Qual o seu nível de satisfação na Consultoria



- Muito satisfeito
- Satisfeito
- Nem satisfeito, nem insatisfeito
- Insatisfeito
- Muito insatisfeito

A dívida que não tem fim

A dívida pública aparentemente é um problema de difícil solução. Que o diga a presidente da Argentina, Cristina Kirchner. Atualmente ela vem enfrentando a questão dos fundos abutres, composto por 7% dos credores que não aceitam renegociar a dívida pública do país. Já na Grécia, a dívida pública chega à quase 200% do PIB, e um dos principais desafios do próximo governante do país – onde haverá eleições em janeiro deste ano - é viabilizar o seu pagamento.

No Brasil, a sinalização de que o pagamento da nossa dívida também é um quebra-cabeça foi o projeto enviado pelo Executivo ao Congresso, no final de 2014, alterando a Lei de Diretrizes Orçamentárias. O projeto foi aprovado e permite ao Executivo, entre outras coisas, descontar da meta do superávit primário uma poupança para pagar juros da dívida.

Para se ter uma ideia do tamanho do problema, este ano serão destinados R$ 1,356 trilhão do orçamento deste ano só para os gastos com a dívida pública, o que corresponde a 47% de tudo que o país vai arrecadar. Esse valor representa 13 vezes os recursos para a saúde e 13 vezes os recursos para a educação.*

Auditoria Cidadã da Dívida

A auditoria da dívida, prevista na Constituição Federal e até hoje não cumprida, é a causa que move a Auditoria Cidadã da Dívida. Desde 2001 a entidade vem realizando estudos, publicações, além de mobilizações e campanhas sobre esse tema.

O Dividômetro – disponível no site da entidade -, mostra que a dívida pública custa aos cofres públicos R$ 3 bilhões por dia. Partindo desse princípio, os R$ 18 bilhões que o Executivo pretende economizar com os cortes anunciados recentemente na área de benefícios sociais, como o seguro-desemprego, cobrem o pagamento de apenas 5 dias da dívida.

Realizada em 2009, a CPI da Dívida encontrou indícios de sérias irregularidades: o endividamento da época da ditadura, com cláusulas ilegais e sem documentação, e a verificação de que só houve registro de menos da metade do montante de dívidas contraído naquele período. Outra revelação é que grande parte da "rolagem" ou "refinanciamento" da dívida contabilizada pelo governo não representa pagamento da parte principal dela, mas, sim, o pagamento de juros.

Equador

A Auditoria Cidadã da Dívida se orgulha de ter participado da auditoria da dívida do Equador, em 2007, cujos resultados foram surpreendentes. Graças à redução dos gastos com a dívida foi possível multiplicar os investimentos em educação e saúde.

A auditoria começou através da investigação de documentos arquivados no Banco Central, Ministério de Finanças, Procuradoria Geral do Estado, Controladoria, Congresso Nacional, entre outros. Uma vez constatada uma série de irregularidades no histórico e na composição da dívida, o presidente Rafael Correa – que também tem doutorado em Economia e experiência como ministro de Finanças do Equador -, decidiu suspender o pagamentos aos credores e submeter o documento a avaliações jurídicas nacionais e internacionais.

Depois disso, Rafael Correa anunciou que só aceitaria pagar 25 a 30% do valor dos títulos da dívida externa comercial, condição prontamente aceita por 95% dos credores, uma vez que ficaram patentes as irregularidades e ilegalidades da dívida.

Por isso, quando a questão é solucionar o pagamento de dívidas públicas, a Auditoria Cidadã da Dívida cita o Equador como um exemplo a ser seguido.

** O Mosaico do Orçamento é uma ferramenta criada pela Fundação Getulio Vargas que ajuda a visualizar a composição do orçamento público da União e está disponível no site da instituição http://dapp.fgv.br/mosaico/mosaic_f/2014*

Boas notícias para a advocacia

*Lúcio Flávio Siqueira de Paiva**

A comunidade jurídica tem acompanhado, com especial interesse, a tramitação do projeto que se converterá no Novo Código de Processo Civil, em substituição ao atual, do ano de 1973. Iniciado no Senado Federal com o PL 166/2010, converteu-se na Câmara dos Deputados no PL 8046/2010, recentemente devolvido ao Senado para aprovação final, após diversas alterações. Trata-se de nova legislação altamente impactante, pois que atingirá todos os milhões de processos em trâmite no Judiciário brasileiro. Na história recente, talvez somente a Constituição de 1988 e o Código Civil de 2002 se comparem, em relevância, à legislação processual vindoura.

É certo que o Novo CPC não haverá de resolver todas as mazelas do Judiciário brasileiro, notadamente a morosidade, pois que esse grave problema é muito mais uma questão de estrutura e gestão do que de mudança legislativa. Mas é também correto afirmar que o novo diploma avança em pontos importantes, notadamente na (re)valorização da carreira advocatícia, que tem nos últimos anos apresentado notável decréscimo no prestígio que outrora desfrutou.

Essa (re)valorização da advocacia no Novo CPC pode ser notada, principalmente, nos artigos dedicados aos honorários advocatícios. Os avanços são muitos: (i) o artigo 85 prevê que a sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor, sepultando de vez entendimentos de alguns juízes de que a verba sucumbencial pertenceria à parte; (ii) o §2° desse mesmo dispositivo elimina o subjetivismo na fixação dos honorários, pois prevê critério objetivo de mínimo (10%) e máximo (20%), sempre calculado sobre o valor da condenação, do benefício econômico ou do valor da causa atualizado; (iii) em sequência, o §3 elimina honorários aviltantes – como os que hoje são arbitrados - nas causas em que vencida a Fazenda Pública, pois igualmente fixa percentuais objetivos em razão do valor da causa ou do proveito econômico (por exemplo, entre 1% e 3% caso o proveito econômico supere cem mil salários mínimos); (iv) o §14, a seu turno, dispõe que os honorários têm natureza alimentar, com os mesmos privilégios dos créditos trabalhistas, vedada – o que é importantíssimo! - a compensação em caso de sucumbência recíproca.

Ainda sobre honorários, a maior novidade certamente é a regra inserida no §11 do artigo 85: a chamada sucumbência recursal. O tribunal, ao julgar o recurso, majorará os honorários fixados na sentença, em função do trabalho adicional do causídico. Assim, se a sentença fixou em 10% sobre

o valor da condenação os honorários sucumbenciais, sendo improvida a apelação, o tribunal poderá elevar a até 20% a verba honorária. Com isso, não só se reconhece o trabalho adicional do advogado na seara recursal, como também se evita o recurso meramente protelatório, pois o recorrente saberá que seu ônus sucumbencial será consideravelmente incrementado em caso de nova derrota no recurso interposto.

O Novo CPC não se esqueceu dos advogados públicos e em reconhecimento a seu relevante trabalho na defesa judicial do Estado, prevê, no §19 do artigo 85, que esses profissionais passarão a perceber honorários sucumbenciais.

Essas e outras conquistas da advocacia no vindouro diploma devem-se, em grande monta, ao competente trabalho do Conselho Federal da OAB na conscientização dos congressistas quanto à importância do advogado na administração da justiça, sendo mais que justo reconhecer a combativa atuação do Presidente do CFOAB, Dr. Marcus Vinicius Furtado Coelho, assim como da Presidente da Comissão Especial de Estudos do Novo CPC, Dra. Estefânia Viveiros. A advocacia e a sociedade agradecem. Afinal, advogado respeitado, cidadão valorizado!

**** Advogado e sócio do GMPR - Gonçalves, Macedo, Paiva & Rassi Advogados.***
Professor da PUC/GO e membro da Comissão de Estudos do Novo CPC do Conselho Federal da OAB.

Expediente

O Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças - IBEF Rio de Janeiro - criado em 19 de maio de 1971, na cidade de sua sede nacional, o Rio de Janeiro, é uma entidade sem fins lucrativos considerada de utilidade pública nas esferas de governo federal, estadual e municipal, apartidária e que reúne os principais executivos e empresários do país.
Avenida Rio Branco, 156/4º andar Ala C - Centro - Rio de Janeiro, RJ - CEP:20040-003 - Tel: (021) 2217-5555 Fax: (21) 2262-6247- www.ibefrio.org.br

BIÊNIO 2013/2015 - IBEF RIO DE JANEIRO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente - *Márcio João de Andrade Fortes*

Vice-presidente - *Theophilo de Azeredo Santos*

Membros - *Ary da Silva Graça Filho, João Carlos França de Luca, Manuel Fernandes Rodrigues de Sousa, Ricardo Emmanuel Vieira Coelho, Roberto Castello Branco, Roberto Procópio de Lima Netto e Thomas Klien.*

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente - *José Carlos Monteiro*
1º Vice-presidente - *Ricardo Emmanuel Vieira Coelho*
Vice-presidentes - *Eduardo Felipe de Jesus Teixeira, Gustavo Damazio de Noronha, João Carlos Peixoto de Lima, José Octávio Vianello de Mello, Sérgio Burrowes Raposo e Stefan Alexander.*

Diretor Executivo - *Marcos Chouin Varejão*

CONSELHO FISCAL

Presidente - *João Carlos Reichmann Mader*

Membros - *Claudio Roberto Contador e José Carlos Fardim,*

Suplentes - *Luiz Affonso Romano, Luiz Eduardo Marinho e Ricardo Duarte Carneiro Monteiro.*

Conselho Consultivo
Ary da Silva Graça Filho, Marcos Chouin Varejão, Ney Roberto Ottoni de Brito, Orlando Galvão Filho, Reynaldo Vilardo Aloy, Theóphilo de Azeredo Santos e Valmar Souza Paes.

Diretoria Adjunta
Aldo Henrique Ramos, Aloysio Sérgio Fagundes de Azevedo, Luiz Antonio Ferreira de Queiroz, Roberto Haddad e Sérgio Faria Lemos da Fonseca Júnior.

Revista IBEF

Conselho Editorial
Eduardo Facó Lemgruber, Henrique Luz, João Paulo dos Reis Velloso, José Gandelman, Luiz Leonardo Cantidiano, Márcio Fontes, Marcos Chouin Varejão, Merval Pereira, Nilton Molina, Renato Flores, Roberto Lima Netto, Sidney Rezende, Theóphilo de Azeredo Santos, Valmar Paes

Editor Responsável
Eduardo Cantidiano

Jornalista
Vilma Goulart (MTB 18585)

Distribuição
Simone Lira

Programação Visual
Red Design Comunicação

Fotos
Banco de imagens Red Design

Publicidade e Marketing
EC - Editora e Comunicação
Eduardo Cantidiano
e.cantidiano@openlink.com.br
(21) 99619-0771

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução de artigos publicados na Revista IBEF, desde que citada a fonte.
O IBEF não se responsabiliza por opiniões emitidas em artigos assinados.

Realinhamento dos preços administrados pressionará o resultado do IPCA em 2015

Octavio de Barros *

- A inflação ao consumidor encerrou o ano passado com alta de 6,41%, atingindo a variação mais elevada desde 2011. Mesmo com a queda dos preços internacionais das commodities e com o baixo crescimento da economia doméstica, a depreciação cambial, a inércia dos preços de serviços e os diversos reajustes de preços administrados contribuíram para o resultado mais alto.
- Em 2014, uma das maiores contribuições positivas veio de energia elétrica, revertendo o alívio que esse item tinha propiciado ao índice no ano anterior. O regime muito fraco de chuvas que tem sido registrado no país, a consequente redução dos níveis dos reservatórios e o aumento dos preços da energia no mercado livre explicam a pressão observada nesse item. Além de energia, observamos a forte influência do comportamento dos preços de serviços sobre o IPCA em 2014: dos dez itens que mais contribuíram para a elevação do índice, sete deles são serviços.
- Os movimentos de realinhamento dos preços devem se intensificar em 2015, com pressão já neste início de ano com os reajustes de administrados anunciados e deve seguir assim ao longo do ano. Dessa forma, as maiores contribuições devem ficar divididas entre itens administrados e serviços, com destaque para energia elétrica, ônibus urbano, gasolina e ensino superior, para citar alguns exemplos. De fato, os preços administrados deverão ter papel protagonista neste ano, com alta esperada de 8,7%, sustentando nossa projeção de elevação de 6,80% para o IPCA neste ano, excepcionalmente acima da meta justamente por conta desses realinhamentos necessários concentrados em 2015. A despeito desse resultado elevado, os preços livres devem desacelerar ao longo do ano, refletindo a fraca atividade econômica e os ajustes de política monetária e fiscal. Além disso, os vetores globais seguem dando sinais de que importaremos alguma deflação: os preços de petróleo, em dólar, caíram mais de 40% nos últimos meses e ainda não mostram sinais claros de recuperação e as expectativas para os preços agrícolas também não sugerem pressões relevantes à frente.

Novos estímulos monetários deverão ser adotados na China diante da desaceleração da economia no primeiro trimestre deste ano

- Acreditamos que a economia chinesa seguirá desacelerando neste ano, migrando para uma taxa de crescimento abaixo de 7,0%. Esse cenário é compatível com a sinalização dada pelo governo chinês de que a economia do país entra em uma nova fase, definida como o "novo normal", o que deve motivá-lo a revisar a meta de crescimento deste ano, de 7,5% para 7,0%. Ainda assim, alguns vetores positivos para o desempenho da atividade doméstica têm sido levantados – o que poderia trazer algumas surpresas positivas em relação ao que esperamos.
- De todo modo, mantemos nossa visão mais cautelosa para este ano, ressaltando o já conhecido e esperado ajuste do setor imobiliário residencial, que deverá se somar à perda de ritmo no segmento imobiliário comercial e à redução significativa das receitas públicas advindas da venda de terra, comprometendo a política fiscal daqui para frente. Em paralelo a essas discussões, chama atenção os ganhos expressivos observados nos mercados acionários chineses no ano passado, refletindo principalmente a expectativa de continuidade de ampliação da liquidez, através de cortes da taxa de juros e/ou do compulsório.

** Diretor de Pesquisas e Estudos Econômicos - BRADESCO .*

Experiência é a melhor solução.

A ***Branco Consultores***, há anos
tem um simples objetivo:
conquistar a confiança dos nossos clientes,
trazendo as melhores soluções.

ESPECIALIDADES:

>> CONSULTORIA TRIBUTÁRIA

>> ASSESSORIA JURÍDICA TRIBUTÁRIA

>> PERÍCIAS CONTÁBEIS

BRANCO

RIO DE JANEIRO
Rua da Assembléia, 77 - 12º andar
Rio de Janeiro - CEP 20.011-001
Tel. 21 3231 5900
Fax. 21 2531 9388

SÃO PAULO
Rua Vergueiro, 2087 - Cj. 101
Vila Mariana
São Paulo - CEP 04101-000
Tel. 11 5087 8910
Fax. 11 5087 8810

brancoconsultores.com

Conexões Globais

32.000 mentes, 700 escritórios, 90 países, 1 network.

Dentro de nosso network global de empresas de auditoria e consultoria contábil e fiscal, você irá descobrir um time de experientes profissionais que vai além das expectativas, unidos por um forte espírito empreendedor e uma única abordagem de foco no cliente.

Com um alcance global e perspectiva local, as empresas-membro da RSM entregam soluções inovadoras, ajudando você a ver mais longe, adaptar-se rápido e crescer mais forte.

Conecte-se a www.acal.com.br e a www.rsmi.com e se conecte com sucesso.

RSM BRASIL
Connect for Success

RSM é a marca utilizada por uma rede de empresas de consultoria e auditoria independentes, que prestam serviços em seu próprio direito.
RSM International Limited não fornece sozinha nenhum serviço de contabilidade ou consultoria.